

## **CAP.5 –PSICOLOGIA ECONÔMICA E BRASIL– AGENDA E DEBATE**

### **5.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE UM MODELO DE PSICOLOGIA ECONÔMICA NO BRASIL – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO**

Após a exposição de linhas mestras que têm conduzido a produção dentro da Psicologia Econômica até o momento, com o acréscimo de um modelo psicanalítico para tomada de decisões, passamos à discussão dos contornos que a disciplina poderia ganhar em nosso país. Com este objetivo, apresentamos, a seguir, algumas questões que acreditamos merecer reflexão, no que diz respeito à construção desta proposta:

- desejamos uma Psicologia Econômica voltada, primordialmente, para o plano individual ou coletivo?
- estas alternativas seriam mutuamente exclusivas?
- fundamentos epistemológicos da disciplina deveriam remeter aos cânones positivistas de ciência ou podemos almejar um debate acerca da adequação do enfoque e dos métodos ao nosso objeto de estudo?
- em decorrência do item anterior, consideramos esta produção investida de neutralidade, ou seu envolvimento com interesses, além das próprias variáveis históricas, sociais e políticas, deveriam ser examinadas?
- seria desejável obter-se uma “grande teoria” que, à maneira da Economia, poderia dar conta das indagações psico-econômicas ou deveríamos lutar por multiplicidade e pluralismo, tanto com respeito à fundamentação teórico-metodológica, como de visão de mundo, com tendências diferentes em debate?
- quais seriam os grandes objetivos – previsão e controle, como muitos defendem, ou investigação e conhecimento?

- de que maneira a Psicologia Econômica estaria voltada às nossas necessidades e realidade?
- estaria ela inscrita na tradição brasileira da Psicologia Social, conforme vem sendo feita desde a década de 1970?

Iniciamos a discussão com um exame crítico dos princípios que norteiam a disciplina, a fim de identificar as características que consideramos desejáveis, se quisermos cultivar esta área de conhecimento de modo a que possa responder às nossas necessidades, em sintonia com nossa realidade e favorável a um desenvolvimento de nosso país – ou seja, almejamos ajudar a desenvolver a consciência sobre a atuação do pesquisador e profissional dentro deste campo. Prosseguimos nesta análise com a introdução de exemplos, representados por estudos sobre a inflação que, ao envolverem uma ótica interdisciplinar, podem ter aberto caminhos para a constituição do campo no Brasil. A seguir, apresentamos uma proposta que é, ao mesmo tempo, específica, uma vez que trata de um ponto em particular – a informação da população sobre aspectos que cercam seu comportamento e decisões econômicas – e também geral, pois sugerimos que seja o tom que deveria pautar a presença da Psicologia Econômica no Brasil. Por fim, elencamos possibilidades de atuação para o pesquisador e profissional desta área, com a inclusão de alguns exemplos.

Para a discussão sobre a disciplina e seu papel, contaremos com a ajuda dos seguintes autores: Adorno e Horkheimer (1969-1985<sup>1</sup>; Adorno, 1995<sup>2</sup>), Farr (2002<sup>3</sup>) e Bourdieu (2004<sup>4</sup>). Nas palavras de Adorno (1995): *‘Somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica à sociedade é*

---

<sup>1</sup> ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max (1969) *Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Trad. Guido A. Almeida.

<sup>2</sup> ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais – modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995. Trad. M. Helena Ruschel.

<sup>3</sup> FARR, Robert. *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes, 2002. Trad. Pedrinho Guareschi e Paulo Maya.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004. Trad. Denice B. Catani.

*crítica do conhecimento, e vice-versa.*” (p.193). Esta, portanto, é nossa meta, ao propor o debate que iniciamos.

A Psicologia Econômica nasce na Europa, da Economia Política, filiando-se, pouco depois, à Psicologia e, dentro desta, à Psicologia Social. Já temos aqui dois elementos importantes: de que Psicologia Social falamos? Sim, porque aquela que temos em grande parte das instituições brasileiras, a partir dos anos 1970, parece ser bastante distinta da que é feita nos países de tradição anglo-saxã. Esta última, também chamada *Psicologia Social Cognitiva*, seria o que Farr considera como portadora de viés *individualista* ou *psicológico*, em oposição a outro desdobramento, com caráter mais *social* e *sociológico*, que estaria mais próxima da “nossa”.

Para esse autor, ao acompanhar o desenvolvimento da Psicologia como um todo, o qual virá a refletir-se, igualmente, sobre a Psicologia Social, quando esta deixa a perspectiva sociológica, podemos encontrar influências *positivistas* e *comportamentalistas* (*behavioristas*)<sup>5</sup>, já que, de uma ciência *natural* e *social* tal como teria nascido, na Alemanha, na virada do século XIX para XX (Farr, 2002, p.58), passa a adquirir contornos de *ciência cognitiva*, para o quê teria contado, também, com a participação de psicólogos da Gestalt, que haviam migrado para os EUA, à época da Segunda Guerra Mundial<sup>6</sup>. Com este último viés, afasta-se, igualmente, da preocupação com o contexto histórico – no caso da Psicologia Econômica, de sua ascendência como Economia Política. Por exemplo, chama-nos a atenção a ausência quase unânime de menção a Marx dentro do campo. Inegável referência para as ciências econômicas, poderíamos esperar encontrar seu pensamento, de alguma forma, discutido pelos autores da Psicologia Econômica, já que esta situa-se na interface com a Economia. Entretanto, não é isto o que

---

<sup>5</sup> “O behaviorismo foi a forma que o positivismo assumiu no desenvolvimento da psicologia.” (Farr, 2002, p.11).

<sup>6</sup> “A perspectiva da Gestalt é o ingrediente específico que torna a psicologia social cognitiva, na era moderna, um fenômeno tipicamente americano.(...) O que desejo assinalar aqui é que a perspectiva da Gestalt também resultou na individualização do social, desta vez em termos de percepção em vez de em termos de comportamento. Aparecendo da forma como o fez, depois da primeira fase da individualização do social, ela teve um efeito dramático. A coexistência, na era moderna da psicologia social, de duas perspectivas individualistas incompatíveis – a do observador e a do ator – não é favorável a uma ciência social.” (Farr, 2002, p.147).

ocorre. São pouquíssimas as exceções, entre as quais destacam-se Lea *et. al.* (1987<sup>7</sup>) que, em sua revisão dos conhecimentos sobre Economia necessários ao psicólogo econômico, não deixam de incluir a visão de Marx sobre diversos temas. Neste caso, contudo, pode-se observar que a explícita filiação destes autores ao behaviorismo não se mostra empecilho a tal ampliação do debate e, mesmo, a respeitar a importância de Marx. Lembremos, também, que Lea *et. al.* são dos poucos que declaram sua posição política (“centro-esquerda”) e assumem implicações representadas pela falta de neutralidade do nosso objeto de estudo (informações sobre comportamento econômico podem servir a diferentes interesses e o pesquisador deve estar consciente disto) – embora acreditem que sua investigação possa, sim, ser neutra, do ponto de vista metodológico ou epistemológico.

Por outro lado, para Earl (1990<sup>8</sup>), também pesquisador na disciplina, cujos trabalhos trazem sempre uma marca de responsabilidade, consequência e engajamento, não causa surpresa que a visão comportamentalista na psicologia tivesse encontrado pronto eco na vertente “objetivista/positivista” de economistas que, por sua vez, tanto relutam para aceitar contribuições *comportamentais* – o termo é usado em sua acepção de referir-se a *comportamento* e, não necessariamente, escola de pensamento comportamentalista –, com sua metodologia que envolve questionários e entrevistas como fundamentos para teorias a respeito de comportamento do consumidor ou do administrador (p.725). O autor, com efeito, critica as próprias bases epistemológicas do behaviorismo, seja pelo fato de ser difícil prever o comportamento de agentes que venham a encontrar-se, pela primeira vez, em situações inéditas, como num caso de promoção, por exemplo, seja pela alta probabilidade de inferir-se equivocadamente a respeito de causalção, quando os corretos elementos reforçadores podem ser confundidos com outras circunstâncias (op. cit., p.726).

---

<sup>7</sup> LEA, Stephen E.G., TARPY, Roger M. e WEBLEY, Paul. *The individual in the economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

<sup>8</sup> EARL, Peter. Economics and Psychology: A Survey. *The Economic Journal*, 100 (402): 718-755, 1990.

Além destes, alguns outros, poucos, pesquisadores manifestaram preocupação com o ângulo político na Psicologia Econômica: Reynaud (1967<sup>9</sup>), originalmente professor de Economia Política, que nunca renegou esta origem, foi um deles; Simon (1978<sup>10</sup>), que sempre levou o contexto, inclusive do campo científico, em conta em suas análises, foi outro e, com um pouco mais de prevalência, alguns colegas do leste europeu, como ficou claro, por exemplo, em debate sobre a trajetória da Psicologia Econômica, durante o congresso de 2005, em Praga, que reuniu um número maior deles<sup>11</sup>.

Propomos, mais uma vez, que a discussão de Farr (2002<sup>12</sup>), em torno da Psicologia Social, possa ser aplicada à Psicologia Econômica, como quando ele considera que a Psicologia Social moderna, instituída a partir da Segunda Guerra Mundial, seria produto norte-americano – raízes européias, mas “flor americana” (op. cit., p.21). Podemos acrescentar que este formato teria “retornado” à Europa nas últimas décadas, impondo, agora, esta feição a todo o campo no hemisfério norte (mais Austrália, Nova Zelândia e Israel), e é deste modo que está presente na Psicologia Econômica.

O autor examina este eixo, representado pela polaridade *indivíduo versus coletivo*, em sua história da Psicologia Social, situando na virada do século XIX-XX a presença freqüente de importantes autores das ciências humanas e sociais escrevendo sobre ambos os lados. À época, porém, enfrentavam dificuldades frente à ausência de uma definição clara destes campos, conforme ele expõe:

Embora pudessem apreciar a significação de ambos os projetos, os autores não conseguiam estabelecer seu inter-relacionamento. Sabia-se o suficiente para separar os dois objetos de estudo, mas não o bastante para demonstrar como eles estavam inter-relacionados. Às vezes, como no caso de Durkheim, o motivo pelo qual se fazia a distinção entre os dois objetos era que o autor desejava estudar um deles, mas não o outro. Ao estabelecer uma distinção entre as representações individuais e coletivas,

---

<sup>9</sup> REYNAUD, Pierre-Louis. *A Psicologia Econômica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. Trad. Djalma Forjaz Neto.

<sup>10</sup> SIMON, Herbert. SIMON, Herbert A. Rational decision-making in business organizations. *Nobel Memorial Lecture – 8-dec., 1978. Economic Science 1978*. 343-371.

<sup>11</sup> Conforme anotações da autora, que estava presente. *XXX International Association for Research in Economic Psychology Annual Colloquium – Absurdity in the Economy*. Praga, Rep. Tcheca, 2005.

<sup>12</sup> FARR, Robert. *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes, 2002. Trad. Pedrinho Guareschi e Paulo Maya.

Durkheim (1898) estava também distinguindo a sociologia da psicologia (Farr, 2002, p.61).

Naquele período, Wundt teria tratado da *cultura*, com Durkheim ocupando-se da *sociedade* e Le Bon da *sociedade em transição* (op. cit., p.70). Já Freud teria proposto uma *síntese entre o estudo do individual e do coletivo*, a partir da década de 1920, com sua *crítica psicanalítica da cultura* (p.71). No entanto, as teorias freudianas não teriam merecido a devida atenção em função do *círculo de Viena*, proeminente como autoridade sobre o conhecimento à época, acreditar que Freud não fazia *ciência natural*, incluindo seus trabalhos na categoria de *ciências humanas e sociais*, ainda que sua obra se mostrasse, justamente, *anti-reducionista*, da mesma forma como ocorreu a Wundt e Durkheim. Neste contexto, aparecia como mais conveniente – “*em benefício da respeitabilidade científica e acadêmica*” (op. cit., p.74) – manter distância da Psicanálise, postura adotada pelos psicólogos acadêmicos, incluindo-se os psicólogos sociais, no Reino Unido e EUA (id.).

É esta espécie de *cisma* que buscamos discutir aqui, ao lado daquele que, da mesma forma, pode envolver a questão das contribuições para o estudo do indivíduo *versus* coletivo, que acreditamos estar no cerne do primeiro (entre Psicanálise e Psicologia Social e Econômica). Farr refere-se a como Freud teria revisto sua teoria da mente para torná-la mais social, depois da Primeira Guerra (p.62-3), sublinhando o risco que, nesta tese, acreditamos ter contribuído para evitar:

As inúmeras contribuições de Freud para a compreensão dos fenômenos coletivos correm o risco de serem apagadas da memória dos estudiosos porque a herança psicanalítica está nas mãos de clínicos e não nas mãos de cientistas sociais. (...) Freud demonstrou, em relação aos fenômenos mentais, que a consciência é apenas a ponta do iceberg. A maior parte daquilo que é significativo para a vida humana não está presente na consciência, e diz respeito à cultura bem como à noção freudiana de inconsciente. (op. cit., p.64).

Farr vai além e denuncia como estas contribuições podem ser esquecidas, “*especialmente na história da psicologia social*”, embora houvesse menção a elas no *Manual de psicologia social* de 1954 (editado por Lindzey) e na edição de 1968-69 (editada por Lindzey e Aronson) – *mas não nas edições que lhe sucederam* (grifo nosso) – o que só

vem reiterar o peso ideológico que a História pode ter. Como freqüentemente se afirma, ela costuma ser escrita pelos “vencedores”, o que pode ser tomado, portanto, em diversas acepções.

A perspectiva individualista pode ser traçada a partir do Renascimento, quando o humanismo ganha força, após a redução do poder da Igreja Católica, com sua ênfase sobre o aspecto divino, de um lado e, de outro, os indivíduos vistos como *rebanho*, e quando passa a conquistar espaço a visão protestante, originada na Reforma, com seu incentivo à independência (para ler e interpretar as escrituras e, também, para ganhar a vida, com menores restrições ao progresso econômico, por exemplo). Farr propõe que a migração destes protestantes para o Novo Mundo, a partir do século XVI, tenha contribuído para construir, nos EUA, o “berço do individualismo”, muito mais que na Europa (Farr, 2002, p.135). No século XVIII, o Iluminismo imprime seu caráter de ceticismo e secularização, favorável ao florescimento dos fundamentos da ciência tal como a entendemos hoje, que toma natureza e homem como seus objetos de estudo, agora mediante a utilização do *método científico*, conforme proposto por Descartes, Hume, Galileu e outros. É também a época das revoluções norte-americana e francesa, com sua valorização do indivíduo.

Mais tarde, a partir, em especial, do século XIX, nascem as ciências sociais, no contexto de urbanização e industrialização de ambas as regiões. É neste período que surgem tanto a psicologia, com Wundt, como a sociologia, com Durkheim. Farr observa que, entre ambos, as semelhanças seriam maiores do que as diferenças, tendo Durkheim sido influenciado por Wundt, no sentido de não se opor a que a sociologia fosse chamada de *psicologia coletiva*, desde que se reconhecesse que suas leis eram muito diferentes das leis da psicologia (op. cit., p.67). Contudo, o autor afirma que, enquanto Durkheim era *positivista*, Wundt seria *anti-positivista*. A influência positivista sobre a psicologia, no entanto, passa a predominar desde cedo, vindo a desaguar, posteriormente, na tendência geral manifestada pelas ciências sociais norte-americanas que, a partir da Segunda Guerra Mundial, passam a ser concebidas sob uma ótica individualista, ganhando, em seu conjunto, a denominação *ciências do comportamento* (op. cit., p.137). Para ele:

A enorme influência do behaviorismo sobre a psicologia produziu, no fim da década de 1960, certo número de campos de estudos interdisciplinares, entre os quais a psicologia desfrutava de um lugar central. Isto não é muito surpreendente, uma vez que as outrora ciências sociais são agora vistas, em conjunto, como as ciências do comportamento. O nascimento destes campos interdisciplinares tais como a psicologia transcultural, psicologia ambiental e história das ciências do comportamento, foram resultado desses desenvolvimentos do pós-guerra. Eles representam um prolongamento, na era moderna, da individualização das ciências sociais. (Farr, 2002, p.137-8).

Embora não tenha se referido, especificamente, à Psicologia Econômica em seu comentário, acreditamos que ela possa ser incluída no contexto deste período, em especial se nos lembrarmos que, em sua forma moderna e mais atuante, ou seja, aquela do pós-Guerra, teria tido início com Katona, nos EUA, e Reynaud, na França (cf. cap.2). Prosseguindo nesta análise, verificamos que foi Katona, com sua perfilhação a uma visão positivista, behaviorista, cognitiva e individualista, quem permaneceu como referência incontestada para a disciplina, até hoje, ao passo que o “humanista” Reynaud, com sua origem na Economia Política, perdeu espaço e é alvo de controvérsia no que diz respeito à sua importância (cf., por exemplo, cap.2.5).

Esta opção que, na raiz da Psicologia Social, Farr (2002) atribui à prevalência do viés comportamentalista<sup>13</sup>, revela-se na preferência por procedimentos experimentais e métodos quantitativos nas pesquisas, com menor espaço para reflexão, considerações teóricas e ensaios, por exemplo. A grande ambição é reunir o maior número possível de *dados*. Naturalmente, tais esforços podem contribuir para claros avanços do conhecimento e jamais se poderia prescindir deles. Acreditamos, porém, que poderiam crescer em alcance do exame da realidade se pudessem ser acrescidos de variáveis sociais, históricas, políticas, culturais, mais a expansão da investigação do mundo emocional oferecida pela Psicanálise, bem como de maior preocupação crítica com os próprios métodos adotados. Em se tratando de empreendimentos humanos, haverá, sempre, pontos cegos que, quando explicitados, ou seja, quando não se nega ou ignora sua existência, podem auxiliar na ponderação mais precisa dos dados apresentados.

---

<sup>13</sup> “Quando a psicologia era uma ciência da mente, era mais fácil concebê-la como uma ciência humana e social do que quando se tornou uma ciência do comportamento.” (Farr, 2002, p.43).

Em outras palavras, não acreditamos que possa haver completa *isenção* ou *neutralidade* no conhecimento. Assim, em sendo parcial, melhor faremos trazendo à luz esta inevitável limitação, como uma espécie de antídoto ao risco que Adorno e Horkheimer (1969-1985<sup>14</sup>) tão bem apontam: “*Na crença de que ficaria excessivamente susceptível à charlatanice e à superstição, se não se restringisse à constatação de fatos e ao cálculo de probabilidades, o espírito conhecedor prepara um chão suficientemente ressecado para acolher com avidez a charlatanice e a superstição.*” (p.13). Se a preocupação principal restringir-se à coleção do maior número possível de dados e à forma como eles serão tratados estatisticamente, pois apenas assim revelariam seu conteúdo de verdade, pode-se terminar eliminando a discussão mais aprofundada dos resultados, suas implicações e decorrências, tão essenciais à produção de conhecimento que se quer seriamente implicada com sua responsabilidade social – como o que gostaríamos de ver acontecer em nosso país.

Filiada à vertente positivista em grande parte de sua produção, a disciplina apresenta as características identificadas na operação do *esclarecimento*, que *elimina o incomensurável* (op. cit., p.27), e onde *o número tornou-se o cânon do esclarecimento* (op. cit., p.22), resultando num panorama assim descrito pelos autores: “*Na imparcialidade da linguagem científica, o impotente perdeu inteiramente a força de se exprimir, e só o existente encontra aí seu signo neutro. Tal neutralidade é mais metafísica do que a metafísica.*” (op. cit., p.35).

O problema não reside nos números, que o Positivismo tanto valoriza, mas no que é feito com eles. Ao tentarem a imparcialidade impossível, acabam por ingressar no reino do ideal, afastando-se justamente do objeto que pretendiam, originalmente, investigar. E o mais grave – não parecendo suspeitar de que incorrem nesse risco ou no próprio equívoco. Estes são aspectos que propomos que sejam considerados na construção da disciplina em nosso país.

---

<sup>14</sup> ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. (1969) *Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Trad. Guido A. Almeida.

Com relação aos seus *propósitos*, colocados, hoje, sob a forma de *prever e controlar*, com base nas informações obtidas sobre o comportamento econômico e a tomada de decisão nesse âmbito, sugerimos que seja incluída uma ênfase que nos é cara a partir do vértice psicanalítico – *investigar e expandir o conhecimento* – mesmo que não se determine, de antemão, para onde ele nos levará. Na verdade, não delimitar fronteiras *a priori* é parte integral deste modo de investigar. Defendemos, assim, maior amplitude, a fim de não incorrerem em riscos que Farr expõe da seguinte maneira:

Uma vez que o comportamento se tornou o foco do estudo da psicologia, esta em breve deixou de ser uma disciplina comparativa. Este é especialmente o caso se os objetivos declarados da nova ciência são a predição e o controle do comportamento. (...) Com a aceitação do behaviorismo, não apenas a mente fica fora de consideração, mas também a cultura, uma vez que espécies infra-humanas (tomando emprestada uma frase de Murchison) em geral, carecem de cultura. O estudo de costumes e rituais torna-se, então, o estudo do hábito, e os hábitos estudados são os de indivíduos isolados (humanos ou animais). O que o behaviorismo propôs à psicologia em geral foi sua individualização. (...) Gostaria de acrescentar que o behaviorismo nos Estados Unidos também separou a comportamento da história. (2002. p.132-3)

Além disso, quanto a *prever e controlar*, expressamos nossas dúvidas sobre sua própria viabilidade – se a Psicologia Econômica pauta toda a sua discussão pelo questionamento da racionalidade plena e, como vimos, vem se aproximando, cada vez mais, do ângulo emocional para examinar seu objeto de estudo, cabe indagar em que plano estariam tais pretensões de previsão e controle. Não seriam elas ideais? Mesmo com todo o aparato tecnológico explorado pela vertente da neurociência, temos clareza da distância que nos guarda do conhecimento *total* de nossa mente, lembrando, por exemplo, quão recentemente iniciamos seu exame sistemático e rigoroso – faz apenas cerca de um século, tempo que nos parece excessivamente curto, dada a magnitude da empreitada.

Embora Lea *et. al.* (1987<sup>15</sup>, p.316) proponham um modelo *positivo* de ciência para a Psicologia Econômica, que eles definem como “livre de valores”, defendem, ao mesmo tempo, um posicionamento que, como vimos, nos parece mais lúcido sobre o *objeto de estudo* da disciplina: diferindo da maioria dos outros autores ao afirmar que ele *não é*

---

<sup>15</sup> LEA, Stephen E.G., TARPY, Roger M. & WEBLEY, Paul. *The individual in the economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

*neutro*, uma vez que haveria muitos tipos de interesse nos dados obtidos, apontam para o risco constante destes serem distorcidos, ou ocultos, para ir ao encontro de interesses econômicos, por exemplo. Ao mesmo tempo, esse perigo existe justamente pelo fato de trabalhar-se com situações da *vida real*, de modo que não haveria como escapar desta vicissitude, restando apenas a necessidade de manter-se consciente da situação (p.95).

Como Adorno e Horkheimer (1969-1985<sup>16</sup>), acreditamos que o conhecimento não seja, efetivamente, neutro, mas produto da sociedade, uma vez que o homem conhece conforme sua necessidade. Reflete, portanto, a ideologia, que também é histórica, e justifica a dominação. Examinar a ideologia, porém, não se revela tão simples, uma vez que ela é verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Ela vem das condições sociais – isso é verdade –, mesmo que as encubra – eis o componente de falseamento.

De todo modo, o conhecimento deve poder expressar este fato. Não sendo neutra, a ciência apontaria para a ideologia, pois está enredada numa malha de interesses, mesmo que estes não sejam explícitos à primeira vista. Se, contudo, ignorar esta dimensão de sua constituição, servirá cegamente a eles, perdendo, justamente, sua condição de esclarecimento, de iluminar o que se passa dentro de si e ao seu redor.

Ao mesmo tempo, em que pese o desenvolvimento da Psicologia Econômica ter-se dado concomitantemente ao florescimento do capitalismo como sistema econômico – e político – predominante, não acreditamos que ela esteja condenada a atuar *em resposta* a este regime, como se não pudesse contribuir para outras formas de organização social, econômica e política. Ao contrário, mais à frente, exporemos nossas propostas de inserção profissional, com especial destaque para uma das funções que esta autora considera das mais essenciais de que a disciplina poderia se incumbir – informar a população, dentro de uma perspectiva de *emancipação*, no sentido de maior apropriação de suas decisões econômicas – e poderemos verificar como este campo de saber pode ter um importante papel na construção de outros cenários sócio-econômicos.

---

<sup>16</sup> ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. (1969) *Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Trad. Guido A. Almeida.

Assim como se passa com a Psicologia Social, nas palavras de Farr:

Se a psicologia social é uma disciplina específica, e acredito que seja, então ela deve ocupar-se do relacionamento entre o indivíduo e a comunidade (ou sociedade). Durante o período da Guerra Fria, o individualismo tornou-se a ideologia do ocidente e o comunismo a ideologia do leste. Esse fato, acredito eu, levou a distorções grosseiras no desenvolvimento das ciências sociais em ambos os lados da antiga cortina de ferro. Quando tanto o indivíduo como a comunidade transformam-se em pólo privilegiado, torna-se impossível equacionar o relacionamento entre indivíduo e comunidade. Agora que a guerra fria terminou, há necessidade de uma reavaliação conceitual, tanto no antigo ocidente como no antigo leste. (Farr, 2002 p.150).

Do mesmo modo, a Psicologia Econômica deveria seguir refletindo sobre esta questão, essencial à sua constituição, linhas de investigação e perspectivas futuras.

Com relação ao último item, seu futuro, garimpamos algumas observações, previsões e recomendações feitas por autores da Psicologia Econômica contemporânea, que julgamos pertinentes, ainda hoje, como ilustrações, mesmo que algumas delas possam ter sido deixadas de lado ao longo da história.

No editorial do primeiro número do *Journal of Economic Psychology* (cf. cap.3.3.1) van Raaij (1981) sugere que não deva haver fronteiras rígidas entre sociologia econômica e Psicologia Econômica, discutindo alguns conceitos sociológicos de interesse para o estudo do comportamento econômico e do consumidor, como por exemplo: tensão entre processos de escolha individual e contexto social e estrutural; importância de valores culturais, subclasses e classes sociais; papel das minorias. Como problemas sociais para os quais a Psicologia Econômica pretende contribuir, citava: consumo; propaganda; satisfação e bem-estar; poupança, gasto e crédito; condições econômicas, tais como distribuição de renda, igualdade e desigualdade, desemprego, inflação, recessão e crescimento, taxas de juros; crescimento econômico; condições e conseqüências ecológicas do consumo; viagens, férias e transportes; distribuição de renda primária, secundária e terciária, transferência monetária e subsídios; economias de *fichas* (“*token economies*”); pesquisa trans-cultural sobre comportamento econômico (op. cit., p. 21-22). Como propostas de encaminhamento, ele levanta: cobrar pelos hábitos e aspirações de

consumo, fazer com que as pessoas poupem energia e outros recursos, rever o sistema de bem-estar social, que se tornou caro demais para manter os benefícios naquele momento, desenvolver as economias do Terceiro Mundo (op. cit., p.3). Iniciativas que apenas engatinham em 2006, como aquelas referentes ao *mercado de créditos de carbono*, por exemplo, com o objetivo de minimizar os danos (imensos, diga-se de passagem) ao meio-ambiente, seguem nessa linha – uma espécie de *cobrar pelos hábitos e aspirações de consumo*. Mas são passos bastante modestos, ainda, face aos igualmente imensos desafios que aguardam encaminhamento consistente no que diz respeito, por exemplo, a *desenvolver as economias do terceiro mundo* e mesmo, à própria proteção ao meio-ambiente, tão vitalmente ameaçado neste momento.

Já a aproximação com a sociologia econômica não demonstra sinais de grande vitalidade no momento. Até mesmo o intercâmbio com economistas comportamentais pode correr algum risco, por mais surpreendente que isto possa parecer<sup>17</sup>. Ao lado de disputas institucionais, como podemos supor que seja, em parte, o caso, aqui – a Associação de Sócio-Economia (SASE-*Society for the Advancement of Socioeconomics*) mantém um certo nível de conflito com a SABE-*Society for the Advancement of Behavioral Economics*, mais antiga, conforme pudemos depreender dos comentários do último presidente da SABE, Morris Altman<sup>18</sup> – é possível que as próprias agendas apresentem divergências relevantes que impeçam o aprofundamento das trocas e cooperação<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> No congresso conjunto IAREP e SABE, de 2006, por exemplo, quando se propunha, justamente, a fusão das duas Associações (o que não ocorreu, embora tenha havido uma moção em direção a maior proximidade), o representante da Holanda deixou alguns colegas, entre os quais nos incluímos, boquiabertos, ao propor um “retorno às raízes da Psicologia Econômica”, o que, para ele, significava voltar-se mais para questões de marketing, entre outras, com menor espaço àquelas que poderiam oferecer oportunidades de diálogo com os economistas comportamentais. Mesmo em se tratando de uma iniciativa individual, merece ser levada em consideração – o que significa, em 2006, uma proposta de retrocesso, como esta, quando todos os esforços pareceriam indicar, sempre, a importância da interdisciplinaridade? Stephen Lea foi um dos que se manifestou, contrariamente, comentando que ouvia aquelas palavras com *wry amusement* (“divertimento torto”, talvez, melhor dizendo, “humor um pouco amargo”), depois de tantos anos de luta por manter aquela proximidade. (Anotações da autora, que estava presente à reunião, na condição de representante do Brasil e, igualmente, expressou sua discordância. *IAREP-SABE Conference Behavioral Economics and Economic Psychology*. Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Elsevier, INRA, Regionelle de France, Centre National de la Recherche Scientifique, Université Paris 5 René Descartes, Paris, França, 06.07.2006.)

<sup>18</sup> Em 2005, Altman relatou que a SABE sofrera “tentativa hostil” de ser fundida à SASE, de Amitai Etzioni (cf. Anexo 1.2). Comunicação pessoal. 23.09.2005.

<sup>19</sup> Vale lembrar que uma pesquisadora brasileira, Helene Bertrand, da Faculdade de Administração da PUC-RJ, vem participando de congressos de ambas as vertentes – SABE e , há mais tempo, SASE.

Outro tema da agenda atual – *responsabilidade social* – já era abordado por Katona em 1975, ao tratar de “ética nos negócios” (Katona, 1975, p.307-318). O autor faz, então, um histórico das relações entre proprietários de empresas, funcionários, sindicatos e clientes. Menciona Ralph Nader, um pioneiro, nos anos 1960, na questão de defesa dos direitos do consumidor (p.311) e acrescenta que apenas a opinião pública poderia exercer a pressão necessária sobre grandes corporações no sentido de que operassem com responsabilidade. Em sua opinião, os grandes negócios deveriam oferecer transparência, a fim de permitir este monitoramento por parte do público – ainda que tal medida resultasse em lucros menores, devido à possibilidade de acesso a informações antes consideradas confidenciais. Neste sentido, deveriam funcionar como instituições públicas (op. cit., p.317-8).

É uma visão até radical, no que concerne ao sistema capitalista, que Katona, em outras passagens, indica defender. Por isso mesmo, deve ser assinalada. Esta autora manifesta sua concordância com este ponto – é, de fato, a informação que poderá favorecer a instalação de condições imprescindíveis ao desenvolvimento sócio-econômico, como a participação mais ampla e responsável dos diversos segmentos da população.

Do ponto de vista de políticas públicas, depois de alertar que previsões sobre o futuro, realizadas pelo governo ou por grandes corporações, seriam uma maneira de influenciar a opinião pública – um ponto que poderia render discussões produtivas para psicólogos econômicos, economistas comportamentais e outros pesquisadores na área – ele propõe uma interessante forma de atuação para o governo:

É tarefa do governo, não apenas implementar políticas econômicas, mas também explicá-las, de modo a torná-las inteligíveis a milhões de pessoas. Porque aquilo que as pessoas pensam influencia suas respostas às ações do governo, todos os esforços deveriam ser feitos para induzi-las a refletir sobre o problema, entender a solução proposta pelo governo como sendo para o seu próprio interesse e, assim, oferecer pronta cooperação. (Katona, 1975<sup>20</sup>, p.347-8).

---

<sup>20</sup> “It is the task of government not just to make economic policy but also to explain it so that it becomes intelligible to millions of people. Because what people think influences their response to government actions, every effort should be made to induce them to reflect upon the problem, to understand the government’s proposed solution as being in their best interest, and so to provide willing cooperation.”(Katona, 1975, p.347-8).

A autora acrescentaria que um bom debate deveria integrar o cardápio proposto acima – o público deveria poder refletir sobre – e *discutir* – as propostas, com vistas a participar, do modo possível, do delineamento das medidas na esfera econômica. Neste sentido, a Psicologia Econômica poderia colaborar, com seus conhecimentos acerca de *como* pessoas e grupos tomam decisões e se comportam *na realidade*, o que poderia, tanto poupar recursos, como aumentar as chances destas medidas serem bem-sucedidas.

Wärneryd (2005b<sup>21</sup>) confere ao debate um viés bastante pragmático: haverá futuro para a Psicologia Econômica se houver demanda por seus serviços. Para ele, a psicologia *macro-econômica* – exatamente a vertente que nos parece mais relevante, em se tratando das necessidades identificadas em nosso país – deve, ainda, mostrar a que veio. A questão crucial, em sua opinião, é saber até que ponto os resultados de seus estudos podem ser interessantes e úteis à toda comunidade – científica e social. Ele alega que a utilidade no que se refere ao nível micro, como, por exemplo, estudos sobre escolha de produtos, está bem estabelecida, havendo demanda para o mesmo tipo de pesquisa quanto a marketing e administração, mas em menor escala para aquela acerca de comportamento econômico na dimensão macro. Mais do que isso, ele ressalta haver, até mesmo, *resistência* a propostas desta natureza (p.26).

Para o autor, um dos ramos que pode beneficiar-se deste tipo de pesquisa, sobre comportamento financeiro, é o de Finanças Comportamentais. Embora primordialmente voltada para explicações para as evoluções do mercado, pode receber as teorias sobre comportamento do investidor ou reações da população, fornecidas pela Psicologia Econômica. À indagação sobre quem daria ouvidos a um psicólogo quando ele fala sobre assuntos econômicos tais como índice de poupança, incentivos à tributação para estimular a poupança e desempenho da Bolsa de Valores, ele responde que, atualmente, algumas pessoas estão, com efeito, escutando este profissional<sup>22</sup>. Como bem observa Wärneryd, a

---

<sup>21</sup> WÄRNERID, Karl-Erik. Psychology and Economics. In T. TYSZKA (ed.), *Psychologia ekonomiczna*, Gdansk, Poland: GDANSKIE WYDAWNICTWO PSYCHOLOGICZNE, pp.7-38, 2005b.

<sup>22</sup> A autora é testemunha do crescente interesse, nos últimos anos e, em especial desde 2005, por parte de diferentes órgãos de comunicação, que têm buscado opiniões, explicações, previsões ou prescrições sobre questões dentro do âmbito psico-econômico. Considerando a questão do ponto de vista da disseminação do

mídia e as empresas começam a se dar conta de que fatores psicológicos que afetam o comportamento econômico podem ser estudados e comentados, não apenas por economistas, mas também por alguns psicólogos. No entanto, deverá existir demanda por respostas mais complexas e interdisciplinares, levando-se em consideração, por exemplo, diferentes segmentos da população, com diferentes características psicológicas – e sociais, acrescentamos – de forma a oferecer *insights* valiosos à compreensão daqueles fenômenos (op. cit., p.27).

A propósito da nascente, mas já em franca ascendência, Neuroeconomia, na própria página institucional deste campo<sup>23</sup>, encontramos referência ao “novo campo do neuromarketing”, que investigaria a implantação de marcas de produtos, preferências e decisões de compras por intermédio de técnicas neurocientíficas. Cabe aqui, sem dúvida, assinalar uma grande preocupação – aonde este tipo de pesquisa pode nos levar, se for feita como se não tivesse implicações éticas, políticas, sociais e, mesmo, relativas à saúde? A publicidade seria capaz de apoderar-se dos resultados – sem falar em encomendá-los, naturalmente – com o objetivo de incrementar vendas indiscriminadas de produtos? De que forma o assunto poderia ser debatido com o intuito de criar-se salvaguardas para a população contra o mau uso destas “técnicas neurocientíficas”? Um órgão público deveria se responsabilizar por algum tipo de controle nesse sentido? Ou a própria população teria que se mobilizar nessa direção?

Como vemos, a cada passo, a Psicologia Econômica implica novas ponderações. Não podemos imaginar outra forma de avançar, aliás. É sempre por meio do debate que temos alguma chance de expandir nosso universo e verificar nossas hipóteses.

Curiosamente, houve, no Brasil, alguma movimentação, de caráter interdisciplinar, em torno da inflação que o país experimentou até a década passada. Embora não tenha desaguado numa clara proposta de constituição da Psicologia Econômica aqui, levantou questões importantes, inclusive de ordem epistemológica, razão pela qual relataremos, a

---

assunto e sua inclusão na pauta de debates em segmentos mais amplos da população, seria um movimento favorável ao conhecimento e reflexão.

<sup>23</sup> <http://www.richard.peterson.net/Neuroeconomics.htm>, acesso em 02.01.2006.

seguir, duas experiências de estudos acadêmicos sobre o tema, que podem ter, pelo menos, aberto alguns caminhos naquela direção. Sustentamos que situações exacerbadas, como aquela, possam revelar-se um tipo de “janela epistemológica” (Ferreira, 2000<sup>24</sup>, p.148), no sentido de desvelar, com maior nitidez, operações psíquicas que, de outra forma, poderiam passar despercebidas.

## 5. 2. UM EXEMPLO DO PASSADO – ESTUDOS SOBRE A INFLAÇÃO

A alta inflação econômica, que assolou o Brasil até pouco mais de uma década atrás, deixou marcas importantes em diversos setores da vida nacional. Pode ter sido responsável, em certa medida, até mesmo por uma fresta que se abriu para estudos interdisciplinares que acolheram uma perspectiva psíquica.

De nossa parte, uma das principais razões – se não a mais importante de todas, com efeito –, que nos despertou a atenção para a necessidade e, mais tarde, para a existência, de estudos sistemáticos sobre o comportamento econômico, foi a observação, como cidadã, da fatura de matéria-prima em nosso país, para investigações desta natureza. Com tantos problemas sócio-econômicos longe de ser solucionados e frente aos quais medidas pouco eficientes aplicavam, uma após outra, remédios que, rapidamente, mostravam-se inadequados ou inócuos, quando não francamente prejudiciais, pouco a pouco despertou-nos o interesse por esta interface – teria a Psicanálise ou, de qualquer modo, o estudo das variáveis comportamentais do indivíduo e dos grupos, algo a acrescentar àquele cenário tão desprovido de esperanças no sentido de um avanço?

Como a tantas pessoas da geração que conviveu com o fenômeno, o espectro da espiral inflacionária parecia “parte da família”, indesejada por muitos e bem-vinda por tantos outros, mesmo que o discurso oficial fosse contrário ao fenômeno. Em nós, causava perplexidade, sobretudo por aparentar resistir a todas as políticas econômicas elaboradas com o objetivo de controlá-la. Este “enigma” foi o que nos impeliu a procurar ampliar o

---

<sup>24</sup> FERREIRA, Vera Rita de Mello. *O Componente emocional – funcionamento mental e ilusão à luz das transformações econômicas no Brasil desde 1985*. Rio de Janeiro: *Papel e Virtual*, 2000.

campo de análise, por meio de um mestrado em Psicologia Social e do Trabalho, em que buscamos respaldo para uma discussão, em termos psicanalíticos, daquelas condições econômicas. Depois disso, descobrimos a Psicologia Econômica propriamente dita. Retomamos, agora, brevemente, este debate, anos e novas leituras e conhecimentos depois, como ilustração de possibilidade de inserção deste campo em nosso país.

Quando o Brasil viveu vários anos de significativa inflação econômica – em especial, de 1985 a 1994, embora o processo viesse, de fato, desde a década de 1970 – causava espécie a muitos pesquisadores e especialistas que não se encontrasse maneiras eficazes para controlá-la. Somente no período assinalado (1985-1994), houve inúmeros planos do governo para debelá-la (*Cruzado*, *Cruzado 2*, *Bresser*, *Verão*, *Collor* e *Collor 2* estão entre os principais, excluindo-se o *Real*, que, em 1994, acabou por trazer o fim da inflação descontrolada) e a moeda foi trocada quatro vezes (*cruzado*, *cruzado novo*, *cruzeiro real* e *real*, sendo que anteriormente já havia sido, também, *real*, *cruzeiro* e *cruzeiro novo*<sup>25</sup>). Henriques (1993<sup>26</sup>) complementa estes dados:

Na experiência brasileira a tentativa desesperada de regulação pública da ordem social resvala no paroxismo. O Brasil da última década [1980] é exemplar: 8 programas de estabilização econômica, 15 políticas salariais, 54 alterações de sistemas de controle de preços, 18 mudanças de políticas cambiais, 21 propostas de renegociação da dívida externa, 11 índices inflacionários diferentes, 5 congelamentos de preços e salários e 18 determinações presidenciais para cortes drásticos nos gastos públicos. (p.58).

Diante da magnitude do problema, doze pesquisadores reuniram-se na Universidade Federal Fluminense, RJ, em 1991, para debater este fenômeno: Damatta<sup>27</sup>, antropólogo, criticou o “mudancismo” latino-americano, que encobre vícios antigos de favoritismo, nepotismo e impunidade com formalidades, dentro de uma *ética da malandragem* que

<sup>25</sup> FERREIRA, Vera Rita de Mello. *O Componente emocional – funcionamento mental e ilusão à luz das transformações econômicas no Brasil desde 1985*. Rio de Janeiro: Papel e Virtual, 2000.

<sup>26</sup> HENRIQUES, Ricardo. Economia em tempos sombrios: inflação, ordem e violência. In VIEIRA, José R. et. al. (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 49-62, 1993.

<sup>27</sup> DAMATTA, Roberto. Para uma sociologia da inflação: notas sobre inflação, sociedade e cidadania. In VIEIRA, José R. et. al. (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 15-32, 1993.

combinaria bem com a cultura inflacionária; Barbosa<sup>28</sup>, economista, apontou a dificuldade latino-americana para transformar a moeda numa instituição sólida, com reflexos sobre contratos entre cidadãos e seus direitos básicos, lembrando que o “imposto inflacionário” recai sobre a população mais pobre; Fernandes<sup>29</sup>, também antropólogo, abordou relações de troca em contexto inflacionário, com instabilidade, desconfiança, quebra de sociabilidade e desorganização, como decorrências; Henriques<sup>30</sup>, outro economista, assinalou que a velocidade nos reajustes de contratos representava uma violência para a vida social, com “desmantelamento interno das esferas pública e privada” (Vieira *et. al.*, 1993, p.10); Abranches<sup>31</sup>, cientista político, é contundente – nunca se desejou, realmente, acabar com a inflação – e neste aspecto, sua visão apresenta convergência com a perspectiva adotada por esta autora em sua dissertação<sup>32</sup>, como veremos a seguir; Earp, economista<sup>33</sup>, vincula a inflação ao processo de modernização do país, com suas características de falta de competitividade e miséria crescente; Aguiar<sup>34</sup>, socióloga, discorreu sobre Georg Simmel e a filosofia do dinheiro, visto como fator de estabilização – em cultura inflacionária, deixa de ter essa função, com conseqüências mais negativas para as camadas mais pobres da população; Zerkowski<sup>35</sup>, economista, tece críticas, justamente, ao papel da Economia para encaminhar o problema da inflação, mencionando o lugar de “mágicos” que estes especialistas vinham ocupando naquele período; Birman<sup>36</sup> e Ferraz<sup>37</sup> são psicanalistas – e esta autora só pode confessar seu

<sup>28</sup> BARBOSA, Fernando H. Inflação e cidadania. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 33-42, 1993.

<sup>29</sup> FERNANDES, Rubem C. Inflação e desconfiança. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 43-48, 1993.

<sup>30</sup> HENRIQUES, Ricardo. Economia em tempos sombrios: inflação, ordem e violência. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 49-62, 1993.

<sup>31</sup> ABRANCHES, Sergio H. H. A sociologia política da inflação. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 63-94, 1993.

<sup>32</sup> FERREIRA, Vera Rita de Mello. *O Componente emocional – funcionamento mental e ilusão à luz das transformações econômicas no Brasil desde 1985*. Rio de Janeiro: Papel e Virtual, 2000.

<sup>33</sup> EARP, Fabio S. Modernização, conflito e inflação: notas sobre o caso brasileiro. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 95-112, 1993.

<sup>34</sup> AGUIAR, Neuma. Cultura inflacionária: vida cotidiana e relações de gênero. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 113-128, 1993.

<sup>35</sup> ZERKOWSKI, Ralph M. Inflação e fatores sociais. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 129-138, 1993.

<sup>36</sup> BIRMAN, Joel. Sujeito, valor e dívida simbólica: notas introdutórias sobre o dinheiro na metapsicologia freudiana. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 139-154, 1993.

“conforto intelectual – e psíquico” ao encontrar colegas tratando do tema, aqui mesmo, no Brasil – e mais, quinze anos atrás! – o primeiro destaca os efeitos destrutivos, simbólicos e reais, da cultura inflacionária sobre a subjetividade, aproximando moeda e dívida simbólica para pensar sobre a constituição do sujeito, enquanto que o segundo associa inflação a moral e ética; Grau<sup>38</sup>, jurista, analisa as relações entre Direito, Ética e Economia, apontando para a perda da perspectiva humanista; Prado<sup>39</sup>, economista, adota o vértice histórico para contextualizar o processo inflacionário no mundo ocidental pós-Segunda Guerra, assinalando sua aceleração no Brasil depois de 1980, com decorrências importantes para o *comportamento* de grupos sociais (grifo nosso).

Podemos nos perguntar se a Psicologia Econômica no Brasil poderia ter *nascido* neste evento, cujas apresentações foram publicadas sob a forma de livro, em 1993<sup>40</sup>. Não, a expressão não foi mencionada em nenhum dos textos. Contudo, pode-se afirmar que, naquele momento, teria surgido a percepção de uma lacuna e da necessidade de estudos desta natureza, interdisciplinar e com foco que incluísse o aspecto psíquico. Assim, mesmo se não empregam o termo – *Psicologia Econômica*, nem *Economia Comportamental* ou *Psicológica* – podemos pensar que, de fato, empreendem uma tentativa que poderia aproximar-se de sua constituição: “*As múltiplas dimensões desse problema [inflação] indicam que a inflação não pode ser pensada e gerida apenas por economistas. Faz-se necessário um esforço multidisciplinar inovador que coloque vários saberes a serviço de uma questão tão crucial.*” (Vieira *et. al.* 1993, p.7). É visão bastante semelhante ao que defendem os psicólogos econômicos Lewis *et. al.* (1995<sup>41</sup>, p.10) acerca do contexto mais amplo, para quem “a Economia é importante demais para ser

---

<sup>37</sup> FERRAZ, Jeremias L. Considerações psicanalíticas sobre a cultura da inflação. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 155-160, 1993.

<sup>38</sup> GRAU, Eros. A amoralidade do direito formal. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume -Dumará, 161-166, 1993.

<sup>39</sup> PRADO, Luiz C. D. O fenômeno da inflação numa perspectiva histórica: notas sobre a matriz social e política da inflação. In VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 167-194, 1993.

<sup>40</sup> VIEIRA, José R. *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

<sup>41</sup> LEWIS, Alan, WEBLEY, Paul e FURNHAM, Adrian. *The New Economic Mind – the social psychology of economic behaviour*. London: Harvester/Wheatsheaf, 1995.

deixada [apenas] nas mãos de economistas”. De fato, quando o assunto é tão sério, vale juntar esforços rumo ao debate aprofundado e a políticas cuidadosamente elaboradas.

Esta iniciativa teve lugar quase ao mesmo tempo em que esta autora começava a debruçar-se sobre o mesmo tema, partindo de insatisfação semelhante. Em 1994, iniciou seu projeto de pesquisa para ingressar no Mestrado<sup>42</sup>, com o objetivo de discutir a possibilidade de encontrar-se fatores emocionais associados à experiência da inflação e, mais tarde, da estabilização da moeda, no país, apoiada numa fundamentação eminentemente psicanalítica. Naquele momento, não localizou a obra em questão, que só veio a conhecer anos mais tarde<sup>43</sup>.

Por outro lado, aqueles pesquisadores tampouco pareciam conhecer o que, desde há vários anos, já vinha sendo feito na área – Katona, para citar apenas um pesquisador da interface Psicologia-Economia, sempre tratou dos aspectos psicológicos da inflação e, como os demais autores deste campo, não é mencionado por nenhum dos participantes daquele colóquio. Embora, como podemos ver abaixo, eles se refiram à necessidade de expandir o foco deste tipo de análise:

É bem verdade que economistas de várias matizes teóricas reconhecem hoje que a inflação deve ser observada como um fenômeno cujos aspectos centrais transcendem o campo da economia. No entanto, são ainda poucos os que, como Albert Hirschman, tão recorrentemente citado neste livro, ousam ir além de seu campo específico. Normalmente, e até mesmo por cacoete de ofício, os fatores de natureza não-econômica são considerados como variáveis exógenas, e o “mundo da economia” continua sendo focado como uma única realidade objetiva. (Vieira *et. al.*, 1993, p.9)

---

<sup>42</sup> No Laboratório de Psicanálise e Psicologia Social-LAPPSO, do Departamento de Psicologia Social da USP, coordenado pela Profa. Maria Inês Assumpção Fernandes.

<sup>43</sup> Devo esta preciosa indicação a um parecerista anônimo da *Pulsional – Revista de Psicanálise*, que tão oportunamente chamou nossa atenção para a necessidade de ler aquele livro. É possível que, sem esta referência, seguisse sem conhecê-lo, o que teria sido uma perda verdadeiramente irreparável – para este trabalho e para o levantamento da própria história, nascente, da Psicologia Econômica no Brasil. Em tempo, sou grata, também, à extrema boa vontade de funcionários da Livraria Azteca, próxima à PUC, no bairro de Perdizes, em São Paulo, que, literalmente, desmontaram uma prateleira inteira, em busca do volume. Esgotado em todas as demais livrarias consultadas, foi encontrado, empoeiradíssimo, caído atrás dos outros livros.

De fato, são inúmeras obras de Hirschman que ancoram a maior parte das análises, particularmente quando empreendidas por economistas, mas não apenas por eles. Ou seja, podemos supor que, apesar de sugerir que intercâmbios com outros estudiosos seriam proveitosos – e a própria realização do evento é clara evidência neste sentido –, foram dados ali apenas alguns primeiros passos, sem levar a empreitada até uma efetiva troca regular e construção de um novo campo de conhecimento. Mas passaram perto de propor a constituição mais formalizada de instrumentos para investigar fenômenos que, como a inflação, parecem envolver tantas facetas da vida humana.

Reconheceram a necessidade e a importância de se ter tais recursos, como alguns o declaram, nominalmente: Zerkowski (1993, p.134) clama por “uma nova sociologia econômica”, para estudar-se a inflação; Aguiar (1993, p.113) lamenta: “Um grande divórcio ocorreu nas últimas décadas, separando economia e sociologia”; Earp (1993, p.100) afirma não haver “aparato conceitual capaz de dar conta das expectativas dos agentes”; Prado (1993), além de empregar, ao longo de todo o seu artigo, muitos termos que podem remeter a conteúdo psíquico, tais como *fantasmas, fé, crença, confiança, pessimismo, comportamento*, aproximando-se sobremaneira de nossa disciplina, afirma:

Embora sejam inegáveis os avanços na compreensão dos mecanismos econômicos que conduzem à inflação, as enormes dificuldades para a implementação de políticas de estabilização, particularmente nos países latino-americanos de alta inflação, revelam que a natureza desse fenômeno transcende o campo específico da economia, requerendo, ainda, para sua melhor compreensão, abordagens de natureza sociológica, política, antropológica e de psicologia social. (Prado, 1993, p.188).

É, ainda, interessante observar como, igualmente, tive mos nossa atenção despertada para a relevância de estudos interdisciplinares na interface Psicologia-Economia – e para a lacuna que então, e até hoje, embora em menor grau, havia neste aspecto – também devido à experiência da inflação. Da mesma forma, não encontramos a Psicologia Econômica de imediato, tendo discutido o fenômeno a partir de um ângulo essencialmente psicanalítico. Já que nosso foco nesta tese *não* é a inflação, utilizada, aqui, como exemplo para pensarmos sobre as possibilidades de constituição do campo interdisciplinar em nosso país, como resposta a nossos próprios problemas e condições, cabe apenas localizar o leitor, resumidamente, frente às linhas gerais daquele trabalho, a

fim de, em seguida, identificar convergências entre as hipóteses discutidas na dissertação mencionada (Ferreira, 2000) e análises destes autores brasileiros<sup>44</sup>.

Partindo de premissas equivalentes àquelas discutidas no cap.4.6 – pois constituem, efetivamente, nosso alicerce para investigação no campo psicanalítico – e que não caberá descrever mais uma vez, bastando citá-las (a visão de Freud, Klein, Bion e outros psicanalistas sobre a existência de: diferentes planos de realidade; inconsciente; dois princípios do funcionamento mental, *prazer e realidade*, com o conflito, decorrente, entre *ilusão e pensar*; íntima conexão entre *emoção e razão*, com ênfase sobre a relação entre *tolerância à frustração* e condição para *pensar* e transformar a realidade; impulsos de vida e de morte), foi proposta a hipótese de que haveria uma correlação entre o funcionamento psíquico regido pelo princípio do prazer e a experiência da inflação, com destaque para o papel que em ambos desempenha a ilusão, de um lado, ao passo que, com a estabilização da moeda, poderia haver condições mais propícias, isto é, seria exigido um funcionamento de acordo com o princípio da realidade, já que, nestas circunstâncias, haveria maior pressão por encaminhamentos mais consistentes, não bastando o recurso às “mágicas” comuns à inflação. Esta aproximação poderia ajudar a explicar por quê tantos opunham-se a um fim da inflação, conforme pôde ser constatado, mais tarde, no grande número de insucessos financeiros que se seguiram à estabilização. Muitas pessoas viram-se sem repertório – cognitivo e emocional – para posicionar-se frente às novas exigências e foram levadas a fechar negócios, perder, rapidamente, dinheiro que estava aplicado, adaptar-se ao súbito enxugamento monetário etc. Sem dúvida, outros fatores devem ser invocados para analisar estes fatos, mas a eles propôs-se adicionar este, de ordem psíquica.

---

<sup>44</sup> Décadas antes, Reynaud (1967), já assinalara, por exemplo, que determinadas “posturas psíquicas” estariam associadas à experiência da inflação fazendo menção ao fato de que, como “o consumidor [numa rara utilização deste termo] é menos poderoso que os produtores e os assalariados, a inflação aparece como uma solução cômoda [para estes últimos]” (p.84). Como verificaremos a seguir, estas linhas de raciocínio foram exploradas por Ferreira, 2000 (que aponta, por exemplo, dentre as implicações da inflação alta, a possibilidade, exercida por empresários e outros grupos sociais com poder para tanto, de administrar preços e reajustes, muito mais do que planejar e gerir seus negócios, o que fazia com que não se opusessem ativamente à continuação do processo inflacionário, em muitos casos), e por outros dos autores que estamos examinando.

Embora não recorram ao mesmo quadro teórico, sugerimos poder encontrar ressonâncias nas análises de alguns participantes do seminário da UFF, como ilustramos a seguir. Vejamos, por exemplo, Abranches (1993<sup>45</sup>):

Há, por certo, padrões adaptativos “satisfatórios” que são predatórios, e outros, também bastante freqüentes, que tornam o ator muito vulnerável a determinadas alterações nas condições ambientais. Assim, comportamentos que produzem adaptação satisfatória podem ser lesivos ao próprio ator se as condições que os produziram se alterarem em determinadas direções. Nesses casos, quem se adaptou satisfatoriamente a ambientes muito adversos pode ter razões ponderáveis para se opor a mudanças, mesmo que estas levem à redução do grau de ameaça coletiva existente. Um exemplo, no contexto de ambientes inflacionários, é o de investidores ou empresas que se acostumaram a contornar reiteradamente as insuficiências operacionais com aplicações financeiras satisfatoriamente remuneradas. Adaptados a esse ambiente de superinflação e elevada remuneração financeira de curto prazo, encontram-se desaparelhados para sobreviver em ambientes sem inflação. Ao mesmo tempo, em ambientes de estabilidade, podem ser eliminados do mercado por concorrentes com menores insuficiências gerenciais. (p.64-65).

O contexto inflacionário crônico subverteu o quadro institucional da economia, produziu desajustes comportamentais agudos e estimulou processos de adaptação fortemente autodefensivos. Um quadro de incerteza, informação precária e confusa, e fluidez extremada – quando não ausência – de regras. (p.69)

Pouco mais à frente, ele é ainda mais específico ao tratar de ângulos que nos sugerem, por exemplo, a discussão anterior (cf. cap.4.4), sobre *escolha intertemporal* que, como vimos, aplica-se tão bem ao ponto essencial da teoria dos dois princípios do funcionamento mental – se a gratificação pode ou não ser adiada. Vale a pena acompanhar toda a linha de seu raciocínio, que soa tão familiar a ouvidos de psicanalistas:

Dadas as desigualdades de recursos existentes no sistema social brasileiro, a heterogeneidade estrutural e a elevada assimetria de situações entre os atores, as estratégias e os comportamentos ajustados [que levam em conta a realidade, nós diríamos] envolvem mais custos e riscos, embora possam trazer maiores benefícios futuros. Esses benefícios, porém, têm menos garantias e estão muitas vezes além do horizonte visualizado pelos atores. Dessa forma, as estratégias e os comportamentos centrados [em si, e predatórios ao todo] tendem a predominar – uma tendência que tem sido confundida com uma lei de ferro da racionalidade individualista.

Estratégias e comportamentos ajustados envolvem, quase necessariamente, trocas intertemporais mais mediatas. O retorno compensatório pelos sacrifícios assumidos no presente é de mais longo prazo. É preciso que as condições propícias à obtenção

---

<sup>45</sup> ABRANCHES, Sergio H. H. A sociologia política da inflação. In VIEIRA, José Ribas *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 63-94, 1993.

de benefícios futuros ampliados sejam sustentáveis pelo tempo suficiente para a sua concretização. Por essas razões, os padrões ajustados só se afirmam quando existem meios institucionais de garantia de reciprocidade.

Em circunstâncias de crises sistêmicas mais agudas, a operacionalidade dos sistemas fica comprometida, as informações originais são distorcidas ou insuficientes, e vários servomecanismos que regulam a troca de informações tornam-se inoperantes ou deficientes, desaparecem as garantias e os estímulos a qualquer forma de reciprocidade. É assim nos casos de superinflação, que desorganiza os sistemas, trunca as informações e desativa ou danifica inúmeros servomecanismos.

Nesse contexto, é alta a probabilidade de que a capacidade estratégica, associada às propensões adaptativas, produza quase exclusivamente práticas autodefensivas. Em conseqüência, saem fortalecidas as coalizões de escape, de bloqueio e de veto recíproco. A capacidade criativa, por sua vez, leva ao desenvolvimento de modos e técnicas voltados para o aumento da eficácia daquelas estratégias e coalizões. Em outras palavras, os comportamentos centrados predominam, podem sancionar inúmeras práticas predatórias e reforçar os impulsos gerais de autodefesa. Não há incentivo para o cálculo do ajustamento nem condições para a reciprocidade. (Abranches, 1993, p.74)

Enquanto isso, Earp (1993), ao propor que o universo conceitual seja expandido a fim de melhor lidar com o fenômeno da inflação, cita, nominalmente, a Psicanálise, o que não chega a causar surpresa, pois há indicações deste enfoque ter permeado aquele debate, em outras ocasiões. Além disso, refere-se, também, a Keynes, que, como vimos (cf. cap.4,2, nota 11), teria tido alguma influência nesta direção:

O conceito de fantasia, importado da psicanálise, refere-se a uma opinião sobre a realidade obtida pela mediação do sistema de crenças dos agentes e de seu *desejo*. No caso da fantasia especificamente econômica, trata-se de um pensamento em última instância mágico (visto que dominado pelo desejo) acerca do valor relativo da renda nominal e da riqueza de cada agente. O conceito de fantasia econômica baseia-se na idéia keynesiana de *expectativa* que, percebendo a impossibilidade de previsão do futuro, recusa-se a aceitar comportamentos prospectivos racionais. (...) Mesmo em condições de estabilidade monetária, cada agente só pode conhecer seu poder aquisitivo *ex-post* – ainda assim precariamente – através de um cálculo especializado: a realidade não é transparente. O conhecimento do presente é tão impossível como o do futuro pela simples razão de que as informações não se propagam instantaneamente e o processo de análise não se dá em tempo zero. *Stricto sensu, o presente deve ser visto como uma espécie de futuro de curtíssimo prazo – logo igualmente imprevisível – e que quando é entendido já é passado.* (p.100-101, em itálico no original).

Este autor discute, ainda, o conceito de *ilusão monetária* – “(...) o tipo de pensamento não-científico que dá conta do valor relativo dos bens e serviços transacionados por meio

da moeda.” (Earp, 1993<sup>46</sup>, p.101), que podemos aproximar tanto da visão psicanalítica, como das descobertas empíricas trazidas à luz por pesquisadores da Psicologia Econômica (cf., por exemplo, Tversky e Kahneman, 1974; Kahneman e Tversky, 1979). Novamente, no que poderia ser entendido como uma consideração a propósito do poder do regime psíquico presidido pelo princípio do prazer, Earp declara que:

(...) a impossibilidade de formulação de expectativas de longo prazo induziu os agentes a um *movimento generalizado de preferência pela liquidez* (...) a atividade econômica vai sendo cada vez mais restringida, o que alimenta pontos de estrangulamento, que por sua vez representam o papel de choques externos que rompem com os patamares inflacionários em vigor, num círculo vicioso bem conhecido na América Latina. (1993, p.104, grifo nosso).

Por fim, como a “confirmar” a hipótese levantada em nossa dissertação (Ferreira, 2000), ele conclui que: “(...) a manutenção do *status quo* parece responder aos interesses dos setores menos dinâmicos da economia. (...) A sociedade reproduz permanentemente a inflação – para manter seu direito à fantasia, à esperança, à ilusão.” (Earp, 1993, p.107).

Por outro lado, temos o psicanalista Joel Birman (1993), adotando linhas de análise diversas das nossas, desde a crença de que a Psicanálise teria *pouco* a dizer – “(...) a colaboração da psicanálise a essas discussões é limitada, infinitamente menor que as leituras que podem ser empreendidas pelas diferentes ciências sociais e a ciência política” (p.142), porque tem como tema, de acordo com ele, a relação do sujeito com seu corpo e outros sujeitos, sobre a qual enuncia formulações teóricas sobre o psiquismo (id.) – até a proposta de uma *metapsicologia do dinheiro*, que incluiria modalidades de incorporação, circulação e metabolização do dinheiro pelo psiquismo (p.143), dentro da qual insere uma discussão sobre a questão da dívida simbólica (p.147-8). Não considera, portanto, o assunto da *tomada de decisão*, ângulo primordial que adotamos para investigar o comportamento econômico.

Antes de encerrar esta seção, duas observações: a razão para determo-nos mais longamente no exame desta obra (Vieira, *et. al.*, 1993) reside na grande satisfação da

---

<sup>46</sup> Esta seria *positiva*, quando, *ex-post*, ou seja, quando a aplicação do cálculo científico demonstrar que o agente supôs ter poder aquisitivo superior ao real; *negativa*, quando o subestimou; e *neutra*, quando, por acaso, ocorrer que a expectativa coincida com a verificação científica (Earp, 1993, p.101).

autora em encontrar possibilidade de diálogo, mesmo que anos depois, com outros pesquisadores que podem ter percorrido caminhos equivalentes quando, à época em que elaborava sua dissertação, o fez em quase absoluta solidão e com eco tão escasso entre os pares. No lugar de “ilha”, passa a sentir-se como parte de uma espécie de “arquipélago”, e esta é uma condição essencial para a produção de conhecimento – o estabelecimento de intercâmbio e estimulação mútua entre pesquisadores. É, igualmente, função do pesquisador em História permitir que tais elos possam ser (re)estabelecidos.

Em segundo lugar, está a estranheza diante do fato de obra tão importante parecer ter merecido divulgação insuficiente. Isto pode dever-se ao fato de ter sido publicado pouco antes do final do ciclo inflacionário, em 1993, observando-se que, para os autores, à época do seminário (1991), não se via luz no fim do túnel para o problema. A inflação era encarada por eles, naquele momento, como um impasse que desafiava qualquer proposta de solução.

Tendo se passado mais de uma década do término do período inflacionário, seu impacto pode ter esmaecido com o tempo, em mais um exemplo de nossas limitações de memória (que sequer é prerrogativa nossa, no Brasil, já que este fenômeno tem sido verificado em diversos contextos, com os estudos de Kemp sobre lembrança de preços, nas décadas de 1980-90<sup>47</sup> e, mais recentemente, pesquisas sobre inflação percebida, em contraste com registros de preços lembrados, como as que foram apresentadas no congresso de 2006, em Paris<sup>48</sup>).

---

<sup>47</sup> KEMP, Simon. Perception of changes in the cost of living. *Journal of Economic Psychology*, 5 (4): 313-323, 1984; Remembering and dating past prices. *Journal of Economic Psychology*, 12 (3): 431-445, 1991; Remembering the price of wool. *Journal of Economic Psychology*, 17 (1): 115-125, 1996.

<sup>48</sup> RANYARD, Rob. Perceptions of price changes and inflation: underlying cognitive and social factors. *Anais da IAREP-SABE Conference Behavioral Economics and Economic Psychology*. Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Elsevier, INRA, Regionelle de France, Centre National de la Recherche Scientifique, Université Paris 5 René Descartes, Paris, França, 2006; BRACHINGER, Hans W. Index of perceived inflation: a new prospect theory based approach. *Anais da IAREP-SABE Conference Behavioral Economics and Economic Psychology*. Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Elsevier, INRA, Regionelle de France, Centre National de la Recherche Scientifique, Université Paris 5 René Descartes, Paris, França, 2006; JUNGERMAN, Helmut *et. al.* A bottom-up approach to measuring perceived inflation. *Anais da IAREP-SABE Conference Behavioral Economics and Economic Psychology*. Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Elsevier, INRA, Regionelle de France, Centre National de la Recherche Scientifique, Université Paris 5 René Descartes, Paris, França, 2006.

Contudo, a experiência da inflação alta deixou marcas em nossa cultura – *“Uma das características que conferem originalidade à sociedade brasileira nesta segunda metade do século é a transformação da inflação no fato cultural central do processo de modernização.”* (Earp, 1993, p.102) – e, para esta autora, segue merecendo estudos mais aprofundados. Ainda estamos longe de conhecer toda a intrincada rede de mecanismos que se espalham pelas dimensões políticas, sociais e psíquicas, além da econômica e, portanto, vemos com apreensão recomendações no sentido de permitir-se “um pouquinho de inflação”, para o país poder crescer. Em que pese o recém falecido Milton Friedman defender cuidado equivalente, cabe lembrar, a quem possa ter alguma dúvida, que ele foi, desde sempre, um alvo favorito para psicólogos econômicos (e economistas comportamentais – cf., por exemplo, Simon, cap.3.12, p.140-1) e, no que depender desta autora, para psicanalistas também, em função de sua visão, estreita, que desconsiderou a variável psicológica ou emocional nas análises que empreendeu de fenômenos econômicos. Em outras palavras, defender uma investigação cuidadosa e tão completa quanto possível do fenômeno da inflação não significa compartilhar do ponto de vista monetarista, nem louvar Friedman.

Nossa preocupação com o tema tem origem nas lacunas de conhecimento detectadas quando se trata, especialmente, de inflação alta e de difícil controle em economias emergentes. Pequenos índices de inflação em países com economia estável, como os da Europa ocidental ou, no caso dos EUA, que além de estabilidade, tem seu gigantesco déficit interno financiado *planetariamente*, podem ter significado e conseqüências bastante distintas de uma inflação descontrolada e onerosa, em especial para a população de renda mais baixa, que não tinha como “proteger” seu dinheiro da desvalorização diária, como foi o nosso caso: *“Apenas em condições de crescimento econômico a distribuição da renda pode ser um jogo de soma positiva; quando há estagnação, a distribuição converte-se em um jogo de soma nula; havendo por qualquer motivo queda na produção ou transferência para o exterior, pode configurar-se um jogo de soma negativa.”* (Earp, 1993, p.108, nota 4).

Fica a sugestão de repetir-se colóquio equivalente que, mais uma vez em condições de interdisciplinaridade e, na medida do possível, com os mesmos participantes, além de novos outros, pudesse discutir, agora, como foi que o Plano Real funcionou, ao contrário de todos os outros que o antecederam<sup>49</sup>. Esta seria, definitivamente, uma maneira de *aprender com a experiência*, isto é, deter-se, mais uma vez, sobre tudo que se pensou então e, como “*second thoughts*”<sup>50</sup>, cotejar com o que, de fato, ocorreu, para daí poder extrair lições importantes e preciosas, porque baseadas na experiência *real*.

Examinar a questão da inflação e suas profundas repercussões na vida nacional prepara o terreno, também, para nossa próxima etapa – proposta e discussão de uma intervenção apoiada no conhecimento proporcionado pela Psicologia Econômica e Psicanálise. Vamos a ela, ressaltando que, apenas num cenário de estabilização econômica, pode-se configurar determinados quadros de comportamento que vão da possibilidade de poupar à clareza sobre regras, negócios, investimentos, contratos etc. Quando, ao contrário, tínhamos o desgoverno inflacionário, nuances eram apagadas e contávamos somente com o amplo *pastiche* do “salve-se quem puder”, que paralisava qualquer planejamento ou iniciativas baseadas em transparência neste setor.

### **5.3. UMA PROPOSTA DE ESCLARECIMENTO E EMANCIPAÇÃO POR MEIO DE INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO**

Num contexto de maior estabilidade, muito diferente daquele vivido com a inflação, que descrevemos acima, torna-se mais viável apresentar uma proposta que envolva informação sobre o funcionamento da Economia e comportamentos econômicos identificados frente a este.

---

<sup>49</sup> Veja-se, por exemplo, o que declarava Earp (1993) sobre o futuro: “*O principal traço distintivo do cenário brasileiro é a incapacidade de qualquer governo sustentar uma política de ajuste, seja qual for.*” (p.106) e, também: “*A grande questão é saber que modificações nos quadros político e cultural seriam potencialmente capazes de sustentar a imposição de perdas definitivas de renda e riqueza a quaisquer agentes econômicos.*” (id.).

<sup>50</sup> Alusão ao livro de Bion *Second Thoughts (Second Thoughts – Selected Papers on Psychoanalysis*, London: William Heinemann Medical Books Limited, 1967) em que o autor, após escrever diversos artigos, retorna a eles depois de algum tempo, e os comenta à luz da experiência adquirida. É, também, um de seus livros mais notáveis, em que apresenta, por exemplo, sua *teoria sobre o pensar*, de que tratamos no cap.4.6.

É nossa proposta que a Psicologia Econômica deveria servir, em sua essência, à *emancipação*. Neste caso, quanto maior a consciência que a sociedade puder ter sobre como opera – psiquicamente e economicamente –, de mais condições disporá para apropriar-se de suas decisões e realizar suas escolhas. Isto significaria poder escolher com mais propriedade, desde o cotidiano (se vai comprar a crédito ou à vista, se vai fazer empréstimo consignado, se consegue poupar ou investir, o significado de posicionar-se frente à remuneração de seu trabalho, se resiste aos apelos da mídia ao consumo exacerbado, entre outras situações), até o tipo de política econômica (sobre tributação, aposentadoria, taxa de juros, investimentos públicos, orçamento do governo, inflação etc.). Abranches (1993), que escreveu à época da inflação, já apontava para a importância da clareza nesse âmbito:

O acordo sobre as regras é o princípio fundamental a partir do qual se poderia recobrar a confiança no quadro institucional. Desse modo, possivelmente se obteria um mínimo de segurança sobre a estabilidade das regras do jogo e as condições de reciprocidade no sistema social brasileiro. Esta, talvez, seja a chave principal para um processo de mudança sócio-econômica capaz de alterar o padrão de comportamento coletivo. (p.92).

Naquele período, com inflação alta, o cenário ficava tão impreciso, que não era possível sequer reivindicar alguma condição – qualquer coisa podia acontecer no dia seguinte, quase não adiantava tentar conhecer o que estava se passando. Assim, na atualidade, uma proposta que envolva informação desta natureza poderá fazer mais sentido.

A *internet* também tem um papel positivo, hoje, ao agilizar a divulgação de informações de modo cada vez mais acessível à população. Em paralelo, temos tido, é verdade, campanhas de informação ao público, que vêm se tornando cada vez mais comuns na mídia. De nossa perspectiva, elas pecam num aspecto – não é suficiente recomendar “leia contratos com cuidado”, “busque respaldo em especialistas de confiança” ou o que está muito na moda, “não gaste demais, não se endivide, não estoure suas finanças” – quando, justamente, a grande dificuldade é descobrir como conseguir cumprir todos estes sábios – e indiscutíveis – conselhos. Cássia D’Aquino, por exemplo, cientista política e especialista em educação financeira, ataca um dos flancos mais vulneráveis – “é de pequenino que se torce o pepino”, poderia ser a síntese da abordagem. Ao trabalhar com

crianças e pais, mira na instalação precoce de comportamentos responsáveis e cuidadosos com relação às próprias finanças. É um passo inegavelmente essencial.

Barbosa (1993<sup>51</sup>) reforça aquela insuficiência com relação ao aspecto ético: ‘O problema ético em tal contexto [da cultura inflacionária] não se resolve com uma *proposta pedagógica* [grifo nosso]. Não é função apenas da “ignorância”. Repousa num nível anterior, menos controlável, onde as atitudes se formam” (p.46). Com efeito, se o *mundo emocional*, a psique, não estiver incluída nesta proposta, a empreitada dificilmente terá sentido. Se mais não for, pelo menos com alertas sobre a existência dessa dimensão, para que, aos poucos, quem for mais sensível ou tiver mais condição para ter *insight*, talvez, comece a observar mais sistematicamente seu comportamento econômico, e dos outros, quem sabe, até, acabando por multiplicar estas noções em seus respectivos grupos.

Propomos, portanto, que se prossiga em direção à investigação aprofundada das operações psíquicas envolvidas nas decisões econômicas da população como um todo, com disseminação concomitante dos dados obtidos, seja em campanhas específicas, realizadas por entidades dedicadas a estas funções – Academia, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais, mídia – seja em qualquer posição que o psicólogo econômico ou economista comportamental venha a ocupar em seu trabalho.

Falamos de uma possibilidade da aplicação de teorias e dados da Psicologia Econômica, junto àqueles da Psicanálise, à nossa realidade, por meio de um *programa de esclarecimento da população a respeito do funcionamento da Economia em geral, bem como de seu próprio comportamento econômico, ou seja, seu funcionamento mental*.

Partimos da hipótese de que informações e consciência – no sentido de *conscientização* – possam contribuir para melhores encaminhamentos das questões econômicas como um todo<sup>52</sup>. Estamos nos referindo à população e sua participação na economia<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> BARBOSA, Fernando H. Inflação e cidadania. In VIEIRA, José *et. al.* (org.) *Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação*. Rio de Janeiro: Relume -Dumará, 33-42, 1993.

<sup>52</sup> Já em 1981, Reynaud chamava a atenção para a importância deste aspecto, no artigo “Niveau de comportement et prise de conscience en psychologie économique” (REYNAUD, Pierre Louis. In *Journal*

Esta agenda implica a discussão a respeito da transposição de teorias levantadas a partir de conhecimentos obtidos por meio de observações do comportamento individual até o nível macro. Poder estender-se ao coletivo aquilo que foi, originalmente, desvelado no plano individual, está longe de ser consenso entre psicanalistas, psicólogos sociais e psicólogos econômicos. Contudo, insistimos em trazer o assunto à arena do debate, por considerá-lo de grande importância para possíveis aplicações da Psicologia Econômica.

Nossa proposta envolve grandes grupos – a população toda de um país – a partir de conhecimentos obtidos, em sua maior parte, na dimensão individual. Não pretendemos, como dissemos antes, fazer *psicanálise aplicada*, nem tampouco empreender um programa puramente pedagógico em larga escala. Porém, se o *componente emocional* não for levado em consideração, dificilmente alguma transformação será possível. Iniciativas semelhantes àsquelas ilustradas pelos exemplos australianos mencionadas à frente (cf. 5.4, nota 69, p.255) podem indicar alguns caminhos práticos.

A ampliação deste campo de conhecimento poderia representar uma maior possibilidade de encaminhamento para as diversas questões sócio-econômicas que permanecem desprovidas de solução satisfatória até o momento, afetando-nos, contudo, de forma dramática. Este alargamento de fronteiras poderia se dar tanto no que tange a um aumento das categorias de alternativas à abordagem de decisões econômicas – pesquisadores da Psicologia Econômica poderiam atuar, ao lado de outros especialistas, no sentido de fornecer informações relevantes e transparentes à população, sobre sua relação com a Economia –, como por meio do diferencial, considerado em relação a economistas ou especialistas em finanças, que reside no acréscimo de informações,

---

*of Economic Psychology*, 1 (3): 183-195, 1981.). Embasado por décadas de estudos empíricos realizados em diferentes países da Europa, África e Ásia, verificara o papel fundamental desempenhado pelo grau de consciência para julgamento e decisão, que poderia resultar em crescimento e equilíbrio econômicos ou, de outra forma, em prejuízos.

<sup>53</sup> Tivemos um exemplo de campanha que envolvia informação, economia (recursos escassos) e participação da população, que teve um retorno surpreendente – o racionamento de energia elétrica no início dos anos 2000. Em que pese a ameaça de sanção econômica – corte de energia ou conta mais alta – a experiência não foi, até o momento, suficientemente estudada, em especial se considerarmos o ponto de vista psico-econômico. Fica aqui o convite aos colegas da área: seria importante investigar o que teria facilitado a instalação bem-sucedida dos novos comportamentos, em tempo tão curto.

também, sobre o funcionamento psíquico, ou seja, as operações psicológicas presentes quando tomamos decisões, o mundo emocional subjacente a elas.

É uma proposta interdisciplinar porque, além de economistas, que seriam os parceiros mais óbvios para os psicólogos (e, de acordo com nossa proposta, para psicanalistas também), seria igualmente importante poder contar com sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, administradores, historiadores, biólogos, especialistas em meio-ambiente, recursos humanos, comunicação, propaganda e marketing, jornalismo (econômico, em especial), teoria da informação, análise do discurso, advogados e outros, a fim de elaborar material de análise consistente a ponto de poder integrar políticas públicas, no âmbito do governo, e ações na sociedade civil.

Por outro lado, uma proposta de *esclarecimento* da população a respeito destas questões, poderia cair na *armadilha iluminista* de que tratam os pensadores da *Escola de Frankfurt* e sua *Teoria Crítica da Sociedade* (e do *conhecimento*), e deveria, portanto, ser analisada com o devido cuidado, a fim de buscar-se uma alternativa que permita acolher a possibilidade de contradição e, ainda assim, representar uma brecha para a emancipação verdadeira.

Segundo estes autores, “*No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.*” (Adorno e Horkheimer, 1985, p.19<sup>54</sup>) – ou seja, devemos partir da premissa de que o esclarecimento é um conceito que implica *divisão* possuindo, também, caráter *regressivo*<sup>55</sup> (op. cit., p.104). Ao mesmo tempo em que tem função *emancipatória*, de retirar o homem de sua menoridade, como afirma Kant (*apud* Adorno e Horkheimer, 1985, p.81), o esclarecimento jamais é neutro, isento, imparcial e

---

<sup>54</sup> ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. (1969) *Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Trad. Guido A. Almeida.

<sup>55</sup> Nada disso provoca espanto a psicanalistas, habituados que estão a divisões, ambivalências, oscilações entre avanço e retrocesso, ambigüidade, entrelaçamento entre criação e destruição. Tampouco deveria surpreender encontrar tal vértice aqui, uma vez que a *Teoria Crítica* recorre, em sua concepção, a teorias psicanalíticas.

objetivo. Conseqüentemente, torna-se necessário analisar os aspectos ideológicos de uma proposta que envolva *esclarecimento*, como a nossa, já que estará, sempre, enredada numa malha de interesses, mesmo que estes não sejam explícitos à primeira vista.

Bourdieu (2004<sup>56</sup>), por outra perspectiva, chama a atenção para este mesmo ponto – como o campo científico pode, facilmente, perder seu caráter de produção de conhecimento responsável para tornar-se palco de disputa, até mesmo no nível das aspirações pessoais, por exemplo. Para ele, a noção de *campo* como “*universo intermediário no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência (ou a arte, a literatura)*”, situa a produção científica como *mundo social como os outros, mas que obedece a leis mais ou menos específicas*, ou seja, *microcosmo dotado de leis próprias* (p.20). Ele propõe que seria necessário escapar-se tanto do enfoque da *ciência pura*, totalmente livre de qualquer necessidade social, como da *ciência escrava*, sujeita a todas as demandas político-econômicas (op. cit., p.21), já que a *politização* de uma disciplina não implicaria grande autonomia para ela. Sobre este ponto, é incisivo: uma grande dificuldade para ciências sociais chegarem à autonomia é que levam tempo para reconhecer incompetência sob a forma de princípios heterônomos<sup>57</sup>. Segundo ele, “*todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças*” (p.22/23), e o que determinaria tais forças pode ser reunido no seguinte elenco de fatores: pontos de vista, intervenções científicas, lugares de publicação, temas escolhidos, objetos que despertam o interesse de pesquisadores (p.23). Se pretendemos refletir sobre a constituição de nosso campo de saber no país e, em particular, sobre esta proposta de atuação dentro dele, será importante contar com este ângulo de visão. Ignorar-se estas dimensões de sua constituição, significa servir – sem dar-se conta – àqueles interesses, perdendo, justamente, a condição de *esclarecimento*, de *iluminar* o que se passa dentro e ao redor.

---

<sup>56</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004. Trad. Denice B. Catani.

<sup>57</sup> Ver, por exemplo, o que afirma, sobre isto: “Se você tentar dizer aos biólogos que uma de suas descobertas é de esquerda ou de direita, católica ou não-católica, você suscitará uma franca hilaridade, mas nem sempre foi assim. Em sociologia, ainda se pode dizer esse tipo de coisa. Em economia, evidentemente, pode-se também dizer isso, ainda que os economistas se esforcem por fazer crer que isso não é mais possível.” (Bourdieu, p.22).

É o pensamento que, sempre crítico e reflexivo, poderá representar uma área de respiro que nos permitiria abandonar a posição dilemática, de *aporia*, em que o esclarecimento, atuando em sua dupla condição, de progresso e regressão, poderia nos aprisionar. O próprio Adorno (1995<sup>58</sup>), mais tarde, indica algumas pistas úteis à nossa reflexão em torno desta questão:

Por sua diferença em relação a esta [práxis], enquanto ação imediata ligada à situação e, portanto, por sua autonomização, a teoria converte-se em força produtiva prática, transformadora. Sempre que alcança algo importante, o pensamento produz um impulso prático, mesmo que oculto a ele. Só pensa quem não se limita a aceitar passivamente o desde sempre dado (...) (Adorno, 1995, p.219).

Mesmo atenta aos riscos implicados numa proposta que envolve *esclarecimento*, ou seja, levando em conta a dialética em que está mergulhado, sugerimos que a função que a Psicologia Econômica poderia ter, neste âmbito, seria a de reduzir a *menoridade social* das populações no que diz respeito ao seu comportamento econômico, decisões econômicas e, conseqüentemente, suas operações psíquicas também. Está longe de ser uma proposta fácil – apresenta movimentos contraditórios, traz em seu bojo, igualmente, a vocação para a dominação, na medida em que também este *esclarecimento* estaria, como é sempre o caso, vinculado a uma ideologia que, se não for pensada, reproduz-se a serviço da dominação e, portanto, não se daria de forma absolutamente isenta, isso sem falar da própria vulnerabilidade à ilusão, sob a forma, mesmo, de acreditar que tal esclarecimento seja possível... Mas pensar já é *práxis*, uma vez que a consciência, tanto na perspectiva da *Teoria Crítica*, como, sem dúvida, da Psicanálise, opera modificações.

Este, propomos, deveria ser o caminho para uma Psicologia Econômica comprometida com seu tempo, com as necessidades que a geram, com as condições que reflete e em que se encontra, diferentemente de um pragmatismo que limita de antemão o alcance da investigação ao postular a utilidade prática, muitas vezes imediata também, como critério para o conhecimento. Isso torna o conhecimento comprometido com a situação existente, fazendo até mesmo crer que esta é a única possível (op. cit., p.202/3).

---

<sup>58</sup> ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais – modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995. Trad. M. Helena Ruschel.

Na próxima seção, indicaremos algumas modalidades de atuação para o psicólogo econômico no Brasil, em termos de lacunas para as quais este pesquisador poderia contribuir e exemplos incipientes que já podemos identificar neste sentido. O caráter da proposta apresentada acima permanece presente em todas as perspectivas que passaremos a examinar, a seguir.

#### **5.4. POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO – ESBOÇANDO O NOSSO FUTURO DE PESQUISA E ATUAÇÃO**

Ciência a serviço do bem-estar do homem e do planeta é como pensamos um modelo de Psicologia Econômica no Brasil. Como enfatiza Bourdieu (2004), colocar a ciência a serviço da ciência, de seu progresso e, sem dúvida, voltada à realidade onde se encontra inserida, como resultado de debate estimulado por cooperação e por diferenças, sem “imperialismo” e, menos ainda, *epistemicídio*, como denomina Santos (1995<sup>59</sup>, p.228-9), o processo pelo qual a academia privilegia tão veementemente certas abordagens, que chega a impor uma sentença de morte àquelas outras que não gozam de igual privilégio. Ao contrário do risco de extermínio de áreas inteiras de conhecimento, que não venham a encaixar-se nos cânones científicos vigentes, defendemos, com este autor, uma proposta de confluência de saberes.

Processo de criação coletiva auto-reflexivo e exercício de convivência e debate permanentes – ou, nas palavras de Adorno, uma situação de convivência em que “*Paz é o estado de diferenciação sem dominação, no qual o diferente é compartilhado*” (1995, p.184), no que poderia ser um bom epíteto para o cenário que se almeja para a Psicologia Econômica no Brasil. Bourdieu detalha proposta semelhante:

É importante instituir espaços de discussão, ao mesmo tempo regulados e livres, onde se possa vir, com seus interesses profissionais, sua competência profissional, suas pulsões profissionais, suas revoltas profissionais, para discutir em termos profissionais – o que não quer dizer corporativistas e menos ainda de mandarins – com outros profissionais, quer se trate de problemas práticos, pessoais, quer de problemas muito mais gerais, e isso sem esperar ser consultado. E é desejável que o trabalho de reflexão coletiva, realizado nesses lugares, desencadeie tomadas de

---

<sup>59</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995.

posições públicas, ao mesmo tempo competentes, rigorosas, autorizadas e engajadas, críticas, eficazes (é uma forma moderna e coletiva do modelo de Zola). (Bourdieu, 2004, p.85<sup>60</sup>).

Aos nossos ouvidos, as observações deste autor soam como um convite, quando aponta que a comunidade científica – intelectuais, que ele chama de *eruditos*, artistas, escritores etc. – deveria se constituir em instância coletiva capaz de intervir como força política, isto é, capaz de dar opinião sobre os problemas que são de sua competência, no âmbito maior da vida do homem. Poderiam intervir eficazmente sobre problemas de interesse geral, que estão continuamente presentes no debate social ou político, contribuindo para esclarecer estes problemas (op. cit., p.74-5). É desta maneira que vemos a função do psicólogo econômico, em formato equivalente ao que ele sugere para o sociólogo:

Um problema apresentado para todos os eruditos, em graus diversos, mas que se põe de modo particular para os sociólogos, uma vez que, supostamente, estes produzem a verdade sobre o mundo social, é o de restituir os resultados da ciência nos domínios em que esses resultados possam contribuir de forma positiva para resolver os problemas que chegaram à consciência pública. Mas a função mais útil, em mais de um caso, seria dissolver os falsos problemas ou os problemas mal colocados. (Bourdieu, 2004, p.79).

Como ele, pensamos que o *erudito especialista* deva participar, por exemplo, respondendo quando perguntado – e, como diz o autor, se a pergunta for tola, no mínimo, reformulá-la, já que esta seria sua “obrigação cívica”, trabalhando, sempre, para a *demolição de falsos problemas, e pela produção de problemas reais* (op. cit., p.84).

Não diferimos dos autores de Psicologia Econômica estudados nesta tese, quando propomos um modelo que, acima de tudo, seja interdisciplinar para nosso país. Em particular, oferecemos como elemento para sua construção, o modelo apresentado no cap.4.6 que, apoiado sobre teorias psicanalíticas e observações clínicas sobre funcionamento mental, especialmente em torno da polaridade *ilusão e pensar*, poderia, a nosso ver, iluminar aspectos ainda não suficientemente contemplados pelos avanços da disciplina até o momento.

---

<sup>60</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004. Trad. Denice B. Catani.

Naturalmente, espera-se que haja prosseguimento, conforme vem sendo feito, do diálogo da Psicologia Econômica com as demais áreas que lhe fazem fronteira, como: Economia Comportamental; Economia Psicológica; Julgamento e Tomada de decisão; Finanças Comportamentais; Sócio-Economia; Neuroeconomia; Economia Experimental; Economia Antropológica; Economia Institucional; Economia Pós-Autista (cf. Anexo).

Já no que tange à questão das previsões, embora a Psicologia Econômica feita atualmente sempre se proponha a direcionar seus estudos para este fim – prever o comportamento econômico dos indivíduos e grupos – propomos que esta não precise ser sua única vocação. Examinemos agora um modelo epistemológico *alternativo*: assim como ocorre com a Psicanálise, que pretende investigar no sentido de observar e conhecer o comportamento psíquico, as operações mentais, com vistas a expandir esse conhecimento – e sem outras metas estabelecidas de antemão –, a Psicologia Econômica talvez pudesse se debruçar sobre seu objeto sem a preocupação de tentar prever e, sim, de aperfeiçoar sua base de conhecimento de modo a oferecer dados, os mais precisos possíveis, à população, aos especialistas, ao governo e a todos os envolvidos com a economia, para que as decisões pudessem ser melhor examinadas, ponderadas e escolhidas. Ao invés de fazer ou preocupar-se em acertar previsões, o que, de resto, revela-se bastante difícil, parece-nos importante desenvolver condições para lidar com o imprevisível, com o imponderável, com tudo que não pode ser controlado, já que esta seria a verdadeira marca do que é humano. De outro modo, seria tarefa ainda mais difícil do que prever, daí a necessidade de receber, também, contribuições interdisciplinares, enfatizando-se, sem dúvida, o aspecto da capacidade para pensar e aprender com a experiência – este poderia ser o recurso mais valioso para navegar as águas turbulentas da história humana.

Dentro da própria Psicologia, destacamos a importância de contribuições e debate entre diferentes abordagens teóricas e metodológicas, bem como reflexão e questionamento sobre a visão de mundo que as embasam e objetivos que pretende alcançar. Assim, no lugar de uma única “grande teoria”, poderíamos, neste momento, avançar por meio de contribuições diversas, mediante o emprego de cuidados de natureza epistemológica e crítica, para a instauração de olhares múltiplos ao nosso objeto.

Um elemento que nos parece de fundamental importância reside na possibilidade de intercâmbio amplo com a Psicologia Econômica conforme vem sendo construída tanto no Primeiro Mundo, pois não pretenderíamos deixar de lado décadas de estudos úteis, mas em especial, com América Latina, Ásia e África, cujos países podem apresentar características mais próximas às nossas.

Com vistas à implantação do campo no Brasil, reconhecemos que nos falta quase tudo no momento. Farr (2002), por exemplo, acredita que o essencial para encaminhar uma nova ciência é poder contar com um manual, um laboratório e uma revista (p.56). Para começar, defendemos que dois pilares seriam essenciais à sua constituição: inserção acadêmica e publicações. Pensamos que Psicologia Econômica poderia ser oferecida, como disciplina de graduação, pelo menos nos seguintes cursos: Psicologia, Economia, Administração de Empresas e Comunicação, Publicidade e Marketing, bem como ser instituída como linha de pesquisa em seus respectivos programas de pós-graduação. Isto ocorreu durante um curto período na Universidade do Pará, sob coordenação da Profa. Alice Moreira e, efetivamente, deixou um bom número de pesquisadores realizando seus estudos sobre temas dentro deste escopo (cf. cap.1; também, Ferreira, 2006<sup>61</sup>). Ao mesmo tempo, poderia ser apresentada, sob a forma de cursos *lato sensu*, como especialização e extensão<sup>62</sup>.

No que se refere a publicações, seria necessário termos: livro-texto; revista científica; outros livros versando sobre temas pertencentes à área; anais de eventos; maior visibilidade aos trabalhos acadêmicos já realizados (por exemplo, catalogá-los a fim de que sejam mais facilmente localizados, publicá-los ou reuni-los em livros, sob a forma de capítulos de coletâneas).

---

<sup>61</sup> FERREIRA, Vera R. M. Is Economic Psychology being born in Brazil? – a review of the scientific production in the economic-psychological area looking into the future. *Anais da IAREP-SABE Conference Behavioral Economics and Economic Psychology*. Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Elsevier, INRA, Regionelle de France, Centre National de la Recherche Scientifique, Université Paris 5 René Descartes, Paris, França, 2006.

<sup>62</sup> A partir de 2006, o curso “Psicanálise e Psicologia Econômica” vem sendo oferecido na COGEAE-Coordenação Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, nesta PUC-SP, com as professoras Carmem Rittner e Vera Rita M. Ferreira.

Do ponto de vista institucional, é necessário ponderar a respeito da filiação às Associações científicas que já existem, em âmbito internacional, como IAREP, SABE ou *Red Latinoamericana de Psicología Económica*<sup>63</sup> e, também, sobre o papel que estas têm a desempenhar na constituição de um campo de saber, lembrando da particularidade representada pelo aspecto interdisciplinar. Ao lado do que já temos visto, Bourdieu (2004<sup>64</sup>) tece importantes considerações sobre a questão das Associações científicas em relação aos *usos sociais da ciência*, que seriam bastante pertinentes quando tratamos de delinear caminhos para uma empreitada como esta.

Tampouco poderíamos nos esquecer de um fator que é vital para a produção de conhecimento: a questão relativa a financiamentos para pesquisas. Para além dos órgãos públicos dedicados a tal fim, como CAPES, CNPq e FAPESP (no estado de São Paulo), por exemplo, poderíamos considerar a possibilidade de parcerias com Fundações e organizações não-governamentais voltadas para assuntos, de algum modo, compreendidos dentro do escopo da Psicologia Econômica e proteção ao consumidor e cidadão. Financiamentos proporcionados por bancos ou firmas de investimentos teriam que ser cuidadosamente examinados, com referência a possíveis conflitos de interesse.

Para este importante quesito, vale lembrar da recomendação de Bourdieu (2004) sobre a importância da *capacidade coletiva de resistência* dos pesquisadores, apesar das concorrências e conflitos que os opõem, a fim de resistir às “*intervenções mais ou menos tirânicas dos administradores científicos e de seus aliados no mundo dos pesquisadores – e na ‘sociologia de plantão’*”, que fundamenta as decisões de *despotismo esclarecido* em critérios “indiscutíveis” (op. cit., p.61), quando, na verdade, estes critérios são imprecisos (p.62). De acordo com o autor, o que uma instituição científica tem de mais íntimo e sagrado são os mecanismos e procedimentos pelos quais assegura sua reprodução – e, acrescentaríamos, por meio das dinâmicas de controle de financiamento, podem, com

---

<sup>63</sup> RED LATINOAMERICANA DE PSICOLOGÍA ECONÓMICA. *Acta Constitutiva*, 2005. (disponível para membros, em versão eletrônica).

<sup>64</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004. Trad. Denice B. Catani.

facilidade, comandar amplas porções dos processos de nascimento, desenvolvimento e morte de áreas inteiras do conhecimento<sup>65</sup>.

Enquanto não dispusermos de condições propícias à implantação da disciplina aqui, ao lado de prosseguir na batalha por sua instituição, podemos considerar iniciativas de, proporcionalmente, menor porte, tais como: mini-cursos; grupos de estudo; jornadas; eventos reunindo pesquisadores e interessados de diferentes áreas; circulação das informações por meio de *email* e encontros; listas de discussão. Algumas já foram iniciadas e encontram-se em andamento<sup>66</sup>.

Acerca das possibilidades de inserção profissional, acreditamos que o psicólogo econômico (ou o economista comportamental) possa atuar em qualquer projeto de Economia, com destaque para aqueles que envolvem a *economia solidária*<sup>67</sup> – podemos, por exemplo, nos indagar se iniciativas desta natureza poderiam ganhar em sustentabilidade no longo prazo, caso contassem com assessoria psico-econômica, uma vez que, freqüentemente, enfrentam obstáculos no que diz respeito à sua continuidade no

---

<sup>65</sup> Sobre o problema da comunicação entre o campo científico e o campo econômico, afirma Bourdieu: “Os desafios não são os mesmos, os fins não são os mesmos, os agentes têm filosofias de vida inteiramente diferentes, e até opostas, e portanto, geradoras de profundos mal-entendidos: de um lado, a lógica da luta específica, interna ao campo; de outro, a pesquisa do lucro, da rentabilidade que leva a dar prioridade ao problema do *screening*, da indicação das invenções capazes de se tornar inovações (como descobrir as descobertas e os descobridores interessantes e, antes ainda, como estar informado disso) que remete ao problema dos *go between*, dos mediadores capazes de fazer vincular a informação e de assegurar o vínculo.” (2004, p.54).

<sup>66</sup> Dois mini-cursos foram ministrados pela autora em congressos científicos de Psicologia (XIII ABRAPSO, com Eric Calderoni, em Belo Horizonte, 2005; II CBPOT, em Brasília, 2006); já acontece um grupo de estudos sobre Psicanálise e Psicologia Econômica (coordenado pela autora, é composto por alguns ex-alunos da primeira turma da COGEAE e um outro interessado); uma lista de discussão sobre Psicologia Econômica existe desde 2004 (criada por Filipe Daumas, psicólogo do Rio de Janeiro), além de duas outras, formada pelas duas turmas de alunos da COGEAE, em 2006. No momento [novembro de 2006], começa a nascer um projeto de criação de uma revista eletrônica, denominada *Dinheiro e Comportamento*, que abordaria temas ligados à Psicologia Econômica ([www.dinheiroecomportamento.com.br](http://www.dinheiroecomportamento.com.br)). Deste grupo fazem parte: Suely Ongaro, psicóloga; Luiz Roberto Randazzo, profissional de RH; Raphael Galhano, gestor de investimentos; Paula Pavon e Danilo Fariello, jornalistas econômicos; Cássia D’Aquino, educadora financeira e esta autora.)

<sup>67</sup> Foi com interesse que verificamos o proporcionalmente grande número de trabalhos sobre este tema inscritos no 2º. Congresso Psicologia: Ciência e Profissão, realizado em São Paulo, 2006, no que pareceu uma iniciativa inédita. Ainda que não adotassem, especificamente, o ângulo da Psicologia Econômica para abordar o assunto, parece auspicioso que este espaço comece a ser ocupado por psicólogos. Torna-se, aparentemente, mais fácil trazer as contribuições da disciplina.

tempo<sup>68</sup>; governo, em todos os níveis, como por exemplo, ministérios, secretarias, instituições (financeiras ou não; dedicadas à pesquisa; na esfera da administração), que precisam tratar de questões econômicas, tais como políticas públicas (implementação de novas diretrizes; informações econômicas; previsão de tendências, que envolvem pesquisas sobre confiança, expectativas etc.; elaboração e implementação de orçamento, tanto no sentido amplo, como nos diferentes setores específicos); no segundo setor, que engloba empresas, assessoria a projetos de orientação psico-econômica, com ênfase, por exemplo, sobre o problema crescente do endividamento, e outros, sobre responsabilidade social e a figura do *ombudsman*, defesa do consumidor, institutos de pesquisa<sup>69</sup>, bancos e firmas de investimento, dentro de objetivos de informação ao usuário (cuidados com dinheiro e investimento; publicidade responsável; análise de crédito e orientação que leva em conta fatores psicológicos, por exemplo); jornalismo (conscientizando sobre seu papel de informação frente às decisões econômicas da população e encaminhamento das questões neste âmbito, já que os reflexos da mídia se fazem sentir, agudamente, em todas as dimensões); organizações governamentais e não-governamentais (por exemplo, de proteção ao cidadão com relação ao uso de crédito, consumo excessivo, endividamento, importância da poupança, tributação, disseminação de informações econômicas e psicológicas, apoio a pequenos empreendedores, assessoria a desempregados, os já citados projetos de economia solidária, bem como, em se tratando do segundo caso, as ong's, sua própria sustentabilidade).

---

<sup>68</sup> SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

<sup>69</sup> Encontramos, na Austrália, uma interessante iniciativa – sites gerenciados pela Comissão de Valores Mobiliários local, nos dois primeiros casos e, pelo próprio governo, no último, que alertam a população para o risco de investimentos fraudulentos, como foi o caso, no Brasil, por exemplo, do “boi gordo”, nos anos 1990 e, mais recentemente, do “avestruz master”, em 2005, que levou muita gente à falência com promessas de lucros mirabolantes. Chama a atenção, nestes sites, a maneira como abordam a questão, fazendo uso, por exemplo, de simulações – atraem o interessado com proposta semelhante e, depois do cidadão manifestar sua disposição para entrar no negócio, revelam a verdadeira intenção de alertar, informar e proteger. Desta maneira, atingem exatamente seu público-alvo, aquelas pessoas que poderiam, de fato, cair nestes “contos-do-vigário”. Agradeço a Danilo Fariello, jornalista econômico, a indicação destas fontes.

<http://www.fido.asic.gov.au/fido/fido.nsf/byheadline/millennium+bug+insurance+our+april+fools+day+internet+investment+scam?openDocument> ;

<http://www.fido.asic.gov.au/fido/fido.nsf/byid/E16DEBF8D4A2CAA4CA256B02002E10A3?opendocument> ; [http://www.fsa.gov.uk/consumer/01\\_WARNINGS/scams/mn\\_scams.html](http://www.fsa.gov.uk/consumer/01_WARNINGS/scams/mn_scams.html) - acesso em 28.11.05.

Estudos sobre o comportamento dos mercados financeiros, por exemplo, que já vêm sendo conduzidos por pesquisadores brasileiros, podem adquirir caráter de informação e, possivelmente, antídoto, às grandes oscilações que, sob a forma de bolhas ou *crashes*<sup>70</sup>, implicam perdas, muitas vezes, incalculáveis e, de todo modo, profunda desorganização da vida econômica em alguns casos. A divulgação de tais pesquisas poderia atuar como forma de preparar os *agentes* para atravessar aqueles momentos da melhor forma possível e, mesmo, para evitar a adesão ingênua a uma *exuberância irracional*<sup>71</sup>.

Com algumas sugestões que não ficam distantes das nossas, no manual britânico para o ensino de Psicologia Econômica (Webley e Walker, 1999<sup>72</sup>), encontramos na introdução (p.16), um rápido “guia de empregos” (a expressão é nossa): docência e pesquisa em universidades; carreira fora da academia, em corporações, agências de propaganda, empresas de pesquisa de mercado, governo, consultoria privada, ou como psicólogos ocupacionais.

De nossa parte, o que se deseja colocar em pauta em qualquer dos casos é, sempre, a possibilidade de *contribuir para o desenvolvimento da população – e, conseqüentemente, da Economia – de preferência, com a perspectiva de oferecer mais oportunidades (e não, de excluir).*

Do ponto de vista acadêmico, o profissional pode dedicar-se à docência, seja em carreira universitária (graduação, mestrado, doutorado, especialização, aperfeiçoamento e extensão), seja em cursos *in company* ou outros, abertos ao público. Naturalmente, estas atividades seriam acompanhadas de pesquisas, novamente tanto no plano acadêmico, como aquelas ligadas a institutos de pesquisa ou mesmo, de forma independente, como no caso de vinculação a organizações não-governamentais<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> KINDLEBERGER, Charles. *Manias, pânico e crashes – um histórico das crises financeiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Trad. Vânia Conde e Viviane Castanho.

<sup>71</sup> SHILLER, Robert. *Exuberância irracional*. São Paulo: Makron Books, 2000. Trad. M. Lucia Rosa.

<sup>72</sup> WEBLEY, Paul & WALKER, Catherine M. (eds.) *Handbook for the teaching of Economic and Consumer Psychology*. Exeter: Washington Singer Press, 1999.

<sup>73</sup> Como rápida ilustração da vastidão que o campo pode expressar, acabamos de receber, enquanto esta seção é redigida (20.11.06), uma mensagem eletrônica que indaga: “Vera, estudar o impacto das dificuldades ortográficas de nossa língua no aprendizado e, por sua vez, no desenvolvimento sócio-

Dentro da própria Psicologia Econômica, além dos já mencionados trabalhos que Katona prestou ao governo norte-americano ao longo de muitas décadas (cf. Katona, 1975<sup>74</sup>) temos, mais recentemente, uma experiência pioneira de colaboração com o governo, no caso, da Nova Zelândia, coordenada por Peter Earl (2005<sup>75</sup>). Nele, o autor esboça as principais linhas de pesquisa e análise empreendidas pela interface Psicologia-Economia e propõe uma série de ações visando avanços na área sócio-econômica, com o mesmo viés de proteção ao cidadão que nos interessa aqui (naturalmente, ajustados à realidade neo-zelandesa, que é distinta da nossa). Em outras palavras, um trabalho como este serve a dois propósitos: ao lado das propostas concretas que elabora, informa, também, aos órgãos governamentais, a existência de nossa área, com vistas a uma potencial continuidade de cooperação, já que prepara caminho para novas solicitações por parte do setor público.

Tratando-se de campo ainda insuficientemente conhecido, já parece relevante o próprio veicular de informações sobre sua existência, funcionamento e possíveis ferramentas, que poderiam ser colocadas à disposição de governo e população.

Lea *et. al.* (1987<sup>76</sup>) analisam a questão de políticas econômicas e a contribuição da Psicologia Econômica a elas da seguinte forma: “(...) *se, como se espera, política econômica é uma resposta racional a uma avaliação objetiva de fatos econômicos, é importante que aqueles fatos sejam clara e consistentemente comunicados ao público.*”(p.518<sup>77</sup>). Sobre este tema, comentam que a agenda de políticas econômicas organiza as questões que devem ser feitas e, caso a Psicologia Econômica disponha-se a respondê-las, sairia do campo *positivo* para adentrar a seara *normativa* (p.520).

---

econômico do Brasil está dentro de Psicologia Econômica?” Confessamos não ter pensado ainda nesta faceta do problema, mas sem dúvida poderia ser admitida em nossa pauta. Em outras palavras, é desta forma que pensamos na constituição da área – criação coletiva, que é característica máxima do empreendimento científico.

<sup>74</sup> KATONA, George. *Psychological Economics*. New York: Elsevier, 1975.

<sup>75</sup> EARL, Peter. Behavioral Economics and the Economics of Regulation. *Briefing paper prepared for the New Zealand Ministry of Economic Development*. 2005.

<sup>76</sup> LEA, Stephen E.G., TARPY, Roger M. e WEBLEY, Paul. *The individual in the economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

<sup>77</sup> “(...) *if, as is to be hoped, policy is a rational response to an objective assessment of economic facts, it is important that those facts should be communicated clearly and consistently to the public.*” (Lea *et. al.*, 1987, p.518).

Argumentam, então, que nenhum cientista deveria *impor* recomendações, ainda que não se furtem a apontar descobertas da nova disciplina que poderiam oferecer contribuições àquele debate, tais como: taxas de juros e sua relação com a motivação para o trabalho; poupança e pensões; questões envolvendo ideologia *versus* “vida prática”; administração do dinheiro público; progresso econômico *versus* melhor distribuição de recursos (op. cit., p.520-3). Mais uma vez, encontramos respaldo para nossas próprias preocupações nesta proposta de agenda – todos os problemas levantados por estes autores encontram ressonância em nossa situação atual.

Lea *et. al.* (1987) distinguem, ainda, as implicações representadas pelo tratamento de questões dentro das duas categorias, macro e micro-economia, a partir de uma perspectiva interessante – o uso das informações obtidas. Para eles, microeconomia seria uma disciplina mais teórica do que a psicologia, cujos livros conteriam dados observados, ou seja, “fatos auto-evidentes”, “questões de observação comum”, destinados a usuários em firmas particulares, que operam em contextos particulares – por este motivo, os dados gerados para tais aplicações não seriam, em geral, publicados, para preservar o segredo comercial, em outras palavras, porque valem dinheiro (p.65). Por outro lado, a macroeconomia seria mais empiricamente orientada, freqüentemente com dados de domínio público. Os autores levantam alguns modelos macroeconômicos e propõem que o teste, para eles, deva ser a capacidade para prever e explicar novos dados à medida que surjam, de forma que estes modelos possam ser constantemente melhorados, a partir da detecção de suas inadequações (op. cit., p.69).

Quando debatem o tema de *políticas econômicas*, os autores revelam ter procurado equilibrar Psicologia e Economia, enfatizando que a Psicologia Econômica não representaria uma tentativa, por parte dos psicólogos, de tomar conta da Economia, nem tampouco deveria ocorrer o inverso; ao contrário, seria uma nova abordagem interdisciplinar a problemas que dizem respeito tanto a uma quanto à outra. Ao mesmo tempo, por serem os três autores psicólogos, poderia ser mais difícil “manter simetria absoluta entre as duas áreas”, o que não os impede de tentar traçar conclusões sobre Economia também. Destacam três áreas para este exercício: metodologia; áreas

importantes da Economia; política econômica (op. cit., p.509). Acreditam, por exemplo, que, quando o governo introduz uma nova política econômica, está realizando um tipo de experimentação, ou seja, seria possível intervir de forma experimental no contexto macroeconômico, e não apenas realizar observações passivas (p.98), o que não deixa de ser um instigante desafio ao pesquisador da área, em especial dentro dos parâmetros da interdisciplinaridade.

Retomamos a linha de análise de Wärneryd (2005b<sup>78</sup>, p.24-7), exposta no início deste capítulo, a partir dos vértices *micro* e *macro*, para avançarmos naquela questão de relevância fundamental a esta discussão: teorias e conceitos psicológicos, essencialmente baseados em comportamento individual, poderiam ser reconciliados com macroeconomia? Este ponto pode iluminar todas as nossas principais propostas de atuação dentro da Psicologia Econômica, com vistas a alcançar a população como um todo, por isso nós a seguiremos com especial atenção. O autor levanta, por exemplo, a questão sobre o comportamento aferido em termos agregados, de todo o grupo, poder apresentar conseqüências diferentes daquelas encontradas no plano individual. Conseqüentemente, os princípios comportamentais teriam que ser diferentes para ambas as dimensões, com a decorrência de necessitar-se de instrumentos de mensuração psicológica que podem nem sequer encontrar uma contraparte no nível individual. Para ele, este seria um bom argumento em defesa de uma *psicologia macroeconômica*, que teria vínculos mais próximos com a *macroeconomia*. Contudo, o domínio da *macropsicologia* é pouco discutido, já que para muitos psicólogos, afirma ele, este campo adentraria a sociologia (cf., por exemplo, Lea *et. al.*, 1987<sup>79</sup>, p.59). Wärneryd argumenta que, embora esta área não possa ser claramente definida, temas pertencentes à *psicologia macroeconômica* podem ser identificados, como por exemplo: tributação, poupança, desemprego, inflação, ao passo que outros como balança de pagamentos e teoria sobre a quantidade de dinheiro em circulação não têm recebido quase nenhuma atenção.

---

<sup>78</sup> WÄRNERYD, Karl-Erik. Psychology and Economics. In T. TYSZKA (ed.), *Psychologia ekonomiczna*, Gdansk, Poland: GDANSKIE WYDAWNICTWO PSYCHOLOGICZNE, pp.7-38, 2005b.

<sup>79</sup> LEA, Stephen E.G., TARPY, Roger M. e WEBLEY, Paul. *The individual in the economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

Invocamos, sobre este ponto, a análise de Farr (2002<sup>80</sup>), para quem a Psicologia Social – e estendemos o debate para a Psicologia Econômica – não teria que fazer esta opção por exclusão, já que, desde sua origem, abrigou linhas de pesquisa com enfoque coletivo. Prosseguir por elas não significaria, assim, nenhum descaminho – ao contrário, poderíamos, ao fazê-lo, revelar-nos bastante fiéis às origens da disciplina.

O campo *macro* também pode ser delimitado em função de conceitos que o compõem – seria o caso dos índices de confiança do consumidor, para citar um exemplo. Já em sentido mais amplo, pode chegar a compreender até mesmo fenômenos de que a macroeconomia não se ocupa, como empreendedorismo, inovação, bem-estar e qualidade de vida. Wärneryd (2005b) defende, ainda, que se possa empregar todos os conceitos e teorias apropriados ao uso agregado, mesmo quando não possuam correspondência no plano individual, embora, segundo ele, as pesquisas neste campo não sejam impulsionadas por teorias, sejam elas econômicas ou psicológicas. Porém, por tratar-se de questões referentes ao comportamento *econômico*, o escopo de problemas estudados estariam mais próximos à Economia, com a Psicologia fornecendo idéias e métodos que permitam reformulá-los de modo a se tornarem psicologicamente mensuráveis.

De nossa parte, defendemos a possibilidade de investigar fenômenos desta ordem – macroeconômica – por meio de outros métodos que, embora não cheguem a resultados quantitativos, possuem o mérito de trazer ao debate importantes ângulos de questões que merecem receber estudo minucioso. Ao “atacá-los” por diversos flancos, acreditamos poder avançar mais do que se esperarmos por instrumentos convencionais, universalmente aceitos pela Psicologia tradicional. Ademais, questionamos, também, a validade – habitualmente considerada irrefutável, como se “acima do bem e do mal” estivesse – destes estudos (cf., por exemplo, Ferreira, 2002a)<sup>81</sup>. Como vimos (cf. cap.4.7), há espaço, inegavelmente, para examinar-se possíveis falhas nestes métodos. Citamos, como exemplo de estudos de outra natureza, um interessante trabalho de conclusão de

---

<sup>80</sup> FARR, Robert. *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes, 2002. Trad. Pedrinho Guareschi e Paulo Maya.

<sup>81</sup> FERREIRA, Vera R. M. Projective Identification: a theoretical discussion about some roots of power. *Anais do XXVII International Association for Research in Economic Psychology Annual Colloquium*. Turku, Finlândia, 2002a.

curso, de fôlego raro entre esta modalidade – depois de coletar todas as capas da revista *Veja* que tratavam do mercado acionário, Anversa (2004<sup>82</sup>), cotejou-as com as oscilações da Bolsa de Valores, chegando a interessantes conclusões, antecipadas no próprio título do trabalho (cf. nota 82, abaixo). Em outro instigante trabalho de conclusão de curso, Lisoni (2004<sup>83</sup>) discute a atribuição da avaliação de risco-país a partir da concepção keynesiana de “concurso de beleza”<sup>84</sup> (curiosamente, quase ao mesmo tempo em que Ferreira, 2003<sup>85</sup>, analisava esta variável, ao lado das notas para investimento, por meio de uma perspectiva psicanalítica).

O tema do risco-país oferece um exemplo de situação para a qual a Psicologia Econômica poderia ter algo a contribuir – e, até hoje, pouco fez nessa direção, como em outras também. Seriam *objetivos* os dados sobre os quais estas avaliações se fundamentam? *Economias emergentes*, que é como países pobres são muitas vezes denominados, têm seu desempenho aferido constantemente, embora a precisão das ferramentas empregadas pelas agências responsáveis por estes índices possa ser discutida. Não obstante alegarem rigor e sofisticação nestas operações, podemos nos perguntar a respeito de um aspecto, bastante singelo até – é possível fazer tais avaliações de modo tão preciso quanto é apregoadado, em tempo hábil, quando vivemos uma era de rapidez quase instantânea para a

<sup>82</sup> ANVERSA, Astor. O Canto da Sereia – **Veja** como perder dinheiro e empobrecer com a Bolsa de Valores. *Trabalho de Conclusão de Curso*, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2004. (não publicado).

<sup>83</sup> LISONI, Thiago. O risco país e os fundamentos macroeconômicos: a utilização do índice EMBI+. *Trabalho de Conclusão de Curso* do Curso de Ciências Econômicas Faculdades de Campinas, 2004. (não publicado).

<sup>84</sup> “Para variar um pouco de metáfora, o investimento por parte de profissionais pode ser comparado aos concursos organizados pelos jornais, onde os participantes têm que escolher os seis rostos mais belos entre uma centena de fotografias, ganhando o prêmio o competidor cuja seleção corresponda, mais aproximadamente, à média das preferências dos competidores em conjunto; assim, cada concorrente deverá escolher não os rostos que ele próprio considere mais bonitos, mas os que lhe parecem mais próprios a reunir as preferências dos outros concorrentes, os quais encaram o problema do mesmo ponto de vista.” (KEYNES, 1986, p.129 *apud* Lisoni, 2004, p.35).

<sup>85</sup> FERREIRA, Vera Rita M. Again, what is it that you believe? – a study of psychological factors at work over the market throughout major political-economic events. *Anais do XXVIII International Association for Research in Economic Psychology Annual Colloquium*. Christchurch, Nova Zelândia, 2003. A mesma questão é também discutida em FERREIRA, Vera Rita M. Informação Econômica e Ilusão – uma contribuição psicanalítica ao estudo de fenômenos econômicos. *Revista Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*, (no prelo), e já fora antecipada em apresentação oral (“Ilusão e informação – podemos contribuir para aumentar o conhecimento sobre a conjuntura econômica?”, Ferreira, 2002b), durante o *Pré-Encontro de Psicologia e Economia – fronteiras, convergências, dilemas*, em São Paulo, 2002, uma outra iniciativa que pode ser considerada como um dos primeiros movimentos, em período recente, de instalação de debate dentro da interface. Organizado por Marco Aurélio Velloso, Nilton Filomeno e Vera Rita M. Ferreira, contou com a presença de economistas, psicanalistas, psicólogos e outros interessados.

transmissão de informação, junto a instabilidades políticas, sociais, ambientais etc., que se refletem diretamente na economia? Isso, sem falar de questões ideológicas, de interesses, já que informação dificilmente pode ser neutra ou imparcial. Desse modo, com tantas informações circulando em velocidade espantosa, quem conseguiria analisá-las e interpretá-las, com qualidade, consistência e eficiência, no mesmo ritmo frenético? Considerando o peso que tais avaliações exercem sobre a economia real do país em questão, temos ressaltada a importância de estudos aprofundados, por parte das disciplinas na interface Psicologia-Economia, sobre sua elaboração. No caso brasileiro, basta recordar o estrago que devastou, em grau nada desprezível, as contas nacionais, em 2002, à época da campanha presidencial, quando boatos ganhavam, facilmente, *status* de realidade. A análise de Ferreira (cf. nota 85) aponta a possibilidade de predominância, neste contexto, de comportamentos infantis de imitação, contágio, típicos de *manada*, conforme denominação conferida pela interface Psicologia-Economia, junto à extrema vulnerabilidade à ilusão, ao lado da reprodução ideológica das condições sociais e econômicas que as produziu, seus interesses e preconceitos.

Não causa estranheza, porém, que trabalhos como estes não tenham maior peso dentro da Psicologia Econômica atual, que carrega as marcas do que é feito no Primeiro Mundo<sup>86</sup>. Sequer a Psicologia Social produzida no Brasil e América Latina é conhecida além destas fronteiras, de um modo geral – desconhecem-se, por exemplo, linhas de pesquisa e atuação propostas pela Psicologia Social brasileira, em especial nesta PUC-SP, desde

---

<sup>86</sup> Duas recentes e interessantes exceções são: ROOS, Michael W. M. An experiment on economic news, affective news and readers' macroeconomic predictions. *Anais da IAREP-SABE Conference Behavioral Economics and Economic Psychology*. Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Elsevier, INRA, Regionelle de France, Centre National de la Recherche Scientifique, Université Paris 5 René Descartes, Paris, França, 2006, em que o autor, um macroeconomista, relata um experimento – o que já é pouco usual, em se tratando de macroeconomia – em que manchetes de jornal, fictícias, foram apresentadas a sujeitos que, posteriormente, emitiram avaliações sobre a conjuntura econômica do país que, no caso, era a Alemanha, tendo sido verificado que havia, de fato, influência daquelas informações sobre os pareceres. Isto se deu mesmo quando, concretamente, eram irrelevantes para a situação em pauta, o que permitiu ao autor levantar a hipótese sobre o peso *emocional* das informações sobre a avaliação.

Já ROSA, Annamaria S., ENRIETTO, Giorgio e GOIOSA, Christina. Key events in the media, emotions and risk in the stock market. *Anais do 30º. Congresso de Psicologia Econômica – Absurdity in the Economy*. Praga, República Tcheca, 2005, analisam a influência de eventos reais, publicados na mídia, e suas repercussões emocionais, especificamente sobre o comportamento do mercado acionário, na Itália.

Silvia Lane<sup>87</sup>. América Latina e Brasil parecem ter adquirido, a partir dos anos 1970, um papel importante e diferenciado na produção de conhecimento dentro de uma Psicologia Social distinta daquela que vinha sendo feita, especialmente nos EUA, mas também na Europa, e que ainda hoje se consolida como hegemônica no hemisfério norte como um todo.

Podemos nos indagar, agora, se a Psicologia Econômica brasileira chegaria a trilhar caminho equivalente em sua constituição no país. Junto com a América Latina, poderiam assumir, mais uma vez esse papel de introdução de novos ângulos para o estudo dos fenômenos econômico-psicológicos? Em outras palavras, se estaria mais voltada para as questões “sociológicas”, conforme divide Farr (2002), em oposição às “psicológicas”, além da forte ênfase sobre os temas suscitados por nossa própria realidade – ou ainda, se estas perspectivas poderiam integrar-se de modo original. Neste sentido, a disciplina no Brasil viria a diferir em grande parte do que é feito no restante do mundo. Por exemplo, se a crença numa irreal imparcialidade e neutralidade se mantiver sem questionamento, pode vir a encobrir intenções e interesses, com vistas à manutenção de situações de dominação, que podem se reproduzir em diferentes níveis – no eixo norte-sul, ou ricos-pobres, nas exclusões mais ou menos sutis entre os pesquisadores, nas agendas de pesquisa eleitas, com respectivos financiamentos, até à própria configuração da disciplina, que pode seguir como se não tivesse qualquer relação com o contexto histórico em que surge e floresce.

Se deixa de servir para melhorar a vida das pessoas, a ciência perde sua razão de ser. Para não se ver reduzida a sucessivas comprovações de dados esvaziados de um sentido maior, seguidas de reproduções desses procedimentos, pouco conectados ao contexto mais amplo que os constitui, a Psicologia Econômica não poderia se descuidar deste objetivo, desta responsabilidade e, acima de tudo, de seu contexto – no nosso caso, a realidade brasileira e sua inserção no mundo.

---

<sup>87</sup> Para quem não é da área, mas deseja conhecer um pouco mais sobre este enfoque, cf. LANE, Silvia. *Que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Trata-se de um pequeno livro introdutório, acessível a diversos públicos e que oferece uma breve discussão acerca da proposta.

Em 1987, Lea *et. al.*<sup>88</sup> consideravam que a Psicologia Econômica seria um “*potential test case*” (“um caso potencial de teste, ou de estudo”), tanto para a psicologia como para a economia, uma vez que não seria possível saber, por antecipação, que tipo de psicologia seria útil para estudar o comportamento econômico (p.2). Passadas duas décadas, este ponto mantém-se longe de uma definição final. Defendemos que poderá ser proveitoso deixá-lo em aberto, o que permitiria, por exemplo, a utilização de diferentes abordagens para este estudo, a fim de que diferentes vertentes possam ser *testadas* e, sem dúvida, debatidas, com o objetivo de ampliar e aprofundar a investigação. Ao mesmo tempo, como os autores apontam, a economia em que vivemos não é “absoluta ou eterna, mas uma situação histórica particular” (op. cit., p.292), de modo que se pode esperar novos encaminhamentos proporcionados pela Psicologia Econômica a seus estudos.

---

<sup>88</sup> LEA, Stephen E.G., TARPY, Roger M. e WEBLEY, Paul *The individual in the economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.